

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL
2024/2025**



TII

**AS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO
PARA AUMENTAR A RESILIÊNCIA CONTRA AMEAÇAS HÍBRIDAS NO
ÂMBITO DA COMUNIDADE DOS PAISES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

**Felipe de Carvalho Abbud
CORONEL INFANTARIA**



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

AS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA MILITAR DO EXÉRCITO
BRASILEIRO PARA AUMENTAR A RESILIÊNCIA
CONTRA AMEAÇAS HÍBRIDAS NO ÂMBITO DA
COMUNIDADE DOS PAISES DE LÍNGUA PORTUGUESA

CORONEL INFANTARIA Felipe de Carvalho Abbud

Trabalho de Investigação Individual

Pedrouços 2025



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

AS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA MILITAR DO EXÉRCITO
BRASILEIRO PARA AUMENTAR A RESILIÊNCIA
CONTRA AMEAÇAS HÍBRIDAS NO ÂMBITO DA
COMUNIDADE DOS PAISES DE LÍNGUA PORTUGUESA

CORONEL INFANTARIA Felipe de Carvalho Abbud

Trabalho de Investigação Individual

Orientador: CORONEL TIROCINADO CAVALARIA José Carlos
Loureiro

Pedrouços 2025



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, **Felipe de Carvalho Abbud**, declaro por minha honra que o documento intitulado **As Ações de Assistência Militar do Exército Brasileiro para Aumentar a Resiliência Contra Ameaças Híbridas no Âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa** corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **Curso de Promoção a Oficial General 2024/2025** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **5 de maio de 2025**

Felipe de Carvalho Abbud
Coronel Infantaria



Agradecimentos

Ao Coronel Tirocinado Cavalaria José Carlos Loureiro, estimado orientador, presto um agradecimento especial pelos aconselhamentos e pelo tempo dedicado para contribuir com a realização da presente investigação, manifesto o reconhecimento pela valorosa dedicação e constante disponibilidade.

Aos profissionais que partilharam experiências nas entrevistas, de grande valia e de fundamental importância para a investigação.

Aos camaradas do Curso de Promoção a Oficial General 2024-2025, pela acolhida e atenção dispensada durante todo o curso, que nossos laços de amizade sempre nos acompanhe.

À minha esposa, Aline, e filhas, Manuela e Rafaela, pela compreensão, incentivo e apoio incondicional em todos os momentos.

Força!



Índice

1. Introdução	1
2. Enquadramento teórico e concetual	4
2.1. Assistência Militar	4
2.2. Ameaças Híbridas	6
2.3. Modelo de Análise	11
3. Metodologia e método	12
3.1. Resumo da metodologia	12
3.2. Método	12
3.2.1. Participantes e procedimento	12
3.2.2. Instrumentos de recolha de dados	12
3.2.3. Técnicas de análise de dados.....	13
4. Apresentação dos dados e discussão dos resultados	14
4.1. As ações de Assistência Militar e sua relação com a melhoria da resiliência contra Ameaças Híbridas	14
4.1.1. Aspectos observados em relação ao emprego e os resultados potenciais das ações de Assistência Militar	14
4.1.2. Síntese conclusiva e resposta à questão derivada 1.....	15
4.2. As ações do Exército Português no contexto da Missão de Treino da União Europeia em Moçambique	16
4.2.1. Enquadramento, Mandato e duração da missão	16
4.2.2. Desenvolvimento da missão e resultados alcançados	17
4.2.3. Síntese conclusiva e resposta à questão derivada 2.....	18
4.3. As oportunidades de desenvolvimento, pelo Exército Brasileiro, de ações de Assistência Militar no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa em África	19
4.3.1. Caracterização da influência de Ameaças Híbridas nos Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa em África	19
4.3.2. Identificação das condicionantes para o planeamento e a execução das atividades internacionais do Exército Brasileiro	20



4.3.3. Capacidades do Exército Brasileiro para a condução de ações de Assistência Militar para aumentar a resiliência contra Ameaças Híbridas	21
4.3.4. Síntese conclusiva e resposta à questão derivada 3.....	22
4.4. Síntese conclusiva e resposta à questão central	22
5. Conclusões	24
Referências bibliográficas	28

Índice de Apêndices

Apêndice A – Aspectos relacionados com a Componente de Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	Apd A - 1
Apêndice B – Domínios do Modelo Concetual	Apd B - 1
Apêndice C – Modelo de Análise	Apd C - 1
Apêndice D – Dimensões de Análise	Apd D - 1
Apêndice E – Lista de Participantes na Investigação	Apd E - 1
Apêndice F – Guião de Entrevista	Apd F - 1
Apêndice G – Análise das Entrevistas	Apd G - 1
Apêndice H – Análise de <i>Strenghts, Weaknesses, Opportunities and Threats</i>	Apd H - 1

Índice de Figuras

Figura 1- Espectro dos conflitos.....	2
---------------------------------------	---



Resumo

As ameaças híbridas configuram-se num desafio à manutenção das condições de segurança e funcionamento dos Estados democráticos. Essa condição obrigou os Estados a adotarem medidas com o objetivo de aumentarem a resiliência contra essas ameaças.

Os Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em África estão, assim como outras Nações democráticas, a ser alvo da atuação de ameaças híbridas. Neste contexto, observa-se que as ações de assistência militar são uma ferramenta de cooperação no contorno da segurança cooperativa, como alternativa para proporcionar o requerido aumento da resiliência contra essas ameaças.

A presente investigação teve como objeto de estudo a assistência militar, com o objetivo geral de propor como o Exército Brasileiro, por intermédio de ações de assistência militar, pode aumentar a resiliência contra ameaças híbridas no âmbito da CPLP em África.

Nesse contexto, metodologicamente, adotou-se um raciocínio indutivo, com uma estratégia qualitativa e com desenho de pesquisa do tipo estudo de caso.

Com isso, identificou-se o sucesso dos efeitos da assistência militar, nas dimensões diplomática, informacional, militar e económica, com contributos positivos no aumento da resiliência contra ameaças híbridas, bem como a exequibilidade dessas ações no âmbito da CPLP.

Palavras-chave:

Assistência Militar; Ameaças Híbridas; Guerra Híbrida; Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; Exército Brasileiro.



Abstract

Hybrid threats pose a challenge to maintaining the security and functioning of democratic States. This situation has forced States to adopt measures to increase resilience against these threats.

The member States of the Community of Portuguese Language Countries (CPLP) in Africa are, like other democratic Nations, being targeted by hybrid threats. In this context, military assistance actions are seen as a tool for cooperation within the framework of cooperative security, as an alternative to providing the required increase in resilience against these threats.

The object of this research is military assistance, with the general objective of proposing how the Brazilian Army can, through military assistance actions, increase resilience against hybrid threats within the scope of the CPLP in Africa.

In this context, methodologically, an inductive reasoning was adopted, with a qualitative strategy and a case study research design.

This identified the success of the effects of military assistance, in the diplomatic, informational, military and economic dimensions, with positive contributions in increasing resilience against hybrid threats, as well as the feasibility of these actions within the scope of the CPLP.

Keywords:

Military Assistance; Hybrid Threats; Hybrid Warfare; Community of Portuguese Language Countries; Brazilian Army.



Lista de abreviaturas, siglas e acrônimos

A

AC	Ação Colaborativa
ACSC	<i>Africa Center for Strategic Studies</i>
ADF	<i>Africa Defense Forum</i>
AH	Ameaças Híbridas
AM	Assistência Militar

C

CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
------	--

D

DAEBAI	Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional
DH	Direitos Humanos
DIH	Direito Internacional Humanitário
DMT	Doutrina Militar Terrestre

E

EB	Exército Brasileiro
EMT	Equipe Móvel de Treinamento
EP	Exército Português
EUMAM-MOZ	Missão de Assistência Militar da União Europeia em Moçambique
EUTM-MOZ	Missão de Treino da União Europeia em Moçambique

F

FADM	Forças Armadas de Defesa de Moçambique
------	--

G

GH	Guerra Híbrida
----	----------------

H

<i>Hybrid CoE</i>	Centro de Excelência para o Combate a Ameaças Híbridas
-------------------	--



I

IC	Infraestrutura Crítica
IUM	Instituto Universitário Militar

M

MONUSCO	Missão das Nações Unidas para Estabilização da República Democrática do Congo
---------	---

N

NA	Nações Amigas
----	---------------

O

OE	Objetivo Específico
OG	Objetivo Geral
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte

P

PCDD	Protocolo de Cooperação no Domínio da Defesa
PCSD	Política Comum de Segurança e Defesa
PRIEB	Plano de Relações Internacionais do Exército Brasileiro

Q

QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
QRF	Força de Reação Rápida

S

SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats</i>
------	---

T

TTP	Técnicas, Táticas e Procedimentos
-----	-----------------------------------



U

UE União Europeia



1. Introdução

O conceito de Ameaça Híbrida (AH) adquiriu grande notoriedade no cenário internacional nas últimas décadas, criando uma dinâmica na aplicação dos instrumentos de poder de diversos países. A falta de consenso internacional em relação aos termos desse conceito aumenta a complexidade para a sua identificação e o direcionamento dos esforços para o seu controle.

Nesse contexto, o Exército Brasileiro (EB) estabeleceu, em 2023, o Conceito Operacional – Operações de Convergência 2040, com a finalidade de, entre outras, estabelecer conceitos considerando os desafios futuros e direcionados para o alcance de resultados efetivos para a segurança e a defesa nacional (EB, 2023b, Cap 1, p. 1). Desse novo Conceito Operacional, releva-se a importância da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) nos esforços de cooperação no campo da Defesa (EB, 2023b, Cap 2, p. 2).

Destaca-se a constatação de implicações decorrentes de eventos futuros relacionadas com “ações híbridas no contexto de conflitos na zona cinza” (EB, 2023b, Cap 3, pp. 8-10), corroborando o entendimento de que as AH se configuram como desafios perenes à segurança e defesa (Cap 5, p. 3). O EB define que o termo “zona cinza” refere-se ao “obscuramento dos limites entre guerra e paz” e essa será uma das premissas para o emprego do instrumento militar (EB, 2023a, Cap 2, p. 1).

Tal condição exige o direcionamento dos esforços dos Estados para aumentar a resiliência contra as AH, tanto internamente como nas áreas de interesse e no contexto estratégico. Nesse cenário, a resiliência é entendida como a “capacidade coletiva e individual de absorver o impacto das adversidades, reagir com efetividade; recuperar-se e adaptar-se com rapidez; e perseverar, sem perder o foco no cumprimento da missão” (Ministério da Defesa, 2015, p. 241).

Com isso, merece atenção a atuação da expressão militar nos períodos de Paz Relativa e Crise do espectro dos conflitos, representado na Figura 1, momentos nos quais se destaca a atuação da Diplomacia Militar Terrestre, que, para o EB, deve ser “baseada em um modelo focado no conceito da segurança cooperativa com as Nações Amigas [NA]” (EB, 2023b, Cap 5, p. 17), em cujo contexto se enquadram as ações de Assistência Militar (AM).



Figura 1 – Espectro dos conflitos

Fonte: Exército Brasileiro, 2023b

Desse modo, emerge a necessidade de analisar de que forma as ações de AM do EB podem contribuir para aumentar a resiliência contra as AH no âmbito da CPLP, com o objetivo de produzir conhecimentos para a compreensão do tema e identificar oportunidades de desenvolvimento de atividades, a realizar pelo EB, nesse escopo.

Assim, a presente investigação tem, como objeto de estudo, as ações de AM do EB e está delimitada, conforme Santos & Lima (2019, p.42), nos seguintes domínios:

- Tempo: no período compreendido entre o ano de 2021, por marcar o início da Missão de Treino da União Europeia (UE) em Moçambique (EUTM-MOZ), objeto de estudo de caso desenvolvido na presente investigação, e a atualidade.

- Espaço: aos Estados-Membros da CPLP em África (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe), considerando que, mesmo com as particularidades dos países, as relações regionais e as influências extracontinentais a que estão sujeitos os enquadram num mesmo contexto geopolítico, em sentido amplo.

- Conteúdo: as ações de AM com potencial para aumentar a resiliência contra as AH e a aplicabilidade dessas ações no âmbito da CPLP em África.

Nesse sentido, o trabalho de investigação é orientado pela definição do Objetivo Geral (OG) de “Propor como o EB pode, por intermédio de ações de AM, aumentar a resiliência contra AH no âmbito da CPLP em África.” Assim, para atingir esse OG, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos (OE):

OE 1: Analisar as ações de AM e o aumento da resiliência contra AH.

OE 2: Analisar as ações de AM do Exército Português (EP) em Moçambique.

OE 3: Analisar as oportunidades de desenvolvimento de ações de AM, pelo EB, que visem o aumento da resiliência contra AH, no âmbito da CPLP em África.

Definiram-se, assim, as seguintes questões derivadas (QD):

QD 1: Como é que as ações de AM melhoram a resiliência contra AH?

QD 2: Como é que as ações de AM do EP contribuíram para aumentar a resiliência contra as AH em Moçambique?



QD 3: Quais são as oportunidades de desenvolvimento, pelo EB, de ações de AM que visem o aumento da resiliência contra AH, no âmbito da CPLP em África?

Deste modo, define-se como questão central (QC): De que forma o EB pode, por intermédio de ações de AM, aumentar a resiliência contra AH no âmbito da CPLP em África?

Assim, o trabalho está organizado em cinco capítulos.

O primeiro capítulo é constituído pela presente introdução. O segundo capítulo apresenta a revisão da literatura, incluindo a síntese do estado da arte, com base nos conceitos estruturantes e, ainda, o modelo de análise. O terceiro capítulo destina-se a apresentação da metodologia e método. O quarto capítulo é constituído pela apresentação dos dados e a sua análise, com a resposta às questões da investigação. O quinto e último capítulo é composto pelas conclusões, pelos contributos para o conhecimento, pelas limitações, propostas de estudos futuros e recomendações.



2. Enquadramento teórico e conceitual

Este capítulo destina-se a apresentar o estado da arte referente aos conceitos de AM e AH com o objetivo de caracterizar a perspectiva adotada para a realização da investigação (Santos, 2019, p. 61).

2.1. Assistência Militar

A definição de AM à luz da Doutrina Militar Terrestre (DMT) brasileira é apresentada nos seguintes termos:

É o conjunto de ações destinadas à assessoria, à instrução, à formação ou à direção de forças militares ou de segurança em questões específicas. As ações de [AM] fortalecem as relações de amizade do País com outras nações aliadas, beneficiando os interesses nacionais.

[...] se desenvolvem com base em acordos ou tratados bilaterais/multilaterais e configuram-se como instrumento multiplicador de forças no contexto da dissuasão. (EB, 2017, Cap 4, p. 13)

Nesse contexto, destaca-se que as atividades de *assessoria, instrução, formação ou direção*, terão a sua amplitude condicionada aos termos dos acordos ou tratados nos quais a atividade estiver enquadrada. Destaca-se ainda que a DMT prevê o emprego da capacidade das Forças de Operações Especiais para o desenvolvimento desse tipo de ação (EB, 2017, Cap 4, p. 13).

Considera-se que essas ações estão alinhadas com o esforço de cooperação para que sejam atingidos os Objetivos Nacionais de Defesa (Brasil, 2024, pp. 24-25), no instante em que se incluem nas ações de “contribuir para a manutenção da paz e segurança internacionais”, e “intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações” (EB, 2022, Cap 3, p. 1).

As ações de AM contribuem para “influenciar, moldar, prevenir e deter ameaças em um ambiente operacional” (EB, 2022, Cap 3, p. 2), como parte do Poder Militar Terrestre, pois visam contribuir para a geração de capacidades para as forças de segurança no ambiente em que se desenvolvem (EB, 2017, Cap 4, p. 13).

Ainda, o EB (2024a, 2024b) regulamenta a condução das atividades internacionais por intermédio da Diretriz para as Atividades do EB na Área Internacional (DAEBAI) e do Plano de Relações Internacionais do EB (PRIEB). Nessa documentação é possível identificar a possibilidade da condução das ações de AM, em coerência com o esforço das relações internacionais no campo da Defesa (Brasil, 2020, p.85).



Destaca-se uma ligação direta das ações de AM com a estratégia de emprego da Projeção de Poder, cuja definição na DMT brasileira é explicada como aquela que:

desenvolve-se por meio da participação militar além fronteiras, em situações que possibilitem o respeito internacional ao País, por iniciativa própria ou atendendo às solicitações provenientes de acordos externos, visando a dissuadir potenciais agressores e a apoiar os interesses nacionais relacionados com a manutenção da paz internacional. (EB, 2022, Cap 5, p. 2)

Nesse mesmo sentido, fica ainda caracterizado que as ações de AM se constituem como uma importante possibilidade de emprego, disponível para corroborar os esforços da Diplomacia Militar Terrestre para “alinhar as táticas com os objetivos, potencializando os efeitos dissuasórios, evitando-se o emprego prematuro da força militar, mesmo em caso de crise” (EB, 2023b, Cap 5, p. 18).

A condução de ações de AM, no âmbito da CPLP (2006), é passível de ser viabilizada por intermédio do Protocolo de Cooperação no Domínio da Defesa (PCDD), do qual alguns detalhes são apresentados no Apêndice A, que apresenta aspetos relacionados com a Componente de Defesa da CPLP.

Na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a seu termo, o conceito de AM é expresso como “Uma ampla gama de atividades que apoiam e influenciam recursos amigos importantes por meio de treino, aconselhamento, orientação ou condução de operações combinadas” (2019, p. Lex-10). Ainda com alcance considerável, incluindo a capacitação de forças de segurança, envolvimento com lideranças ou organizações e ações de apoio e influência da população local (2019, p. Lex-10).

A OTAN (2016, p. VII) inclui a condução da AM no espectro da Assistência para as Forças de Segurança, como parte integrante do sucesso de uma estratégia ampla destinada a reforçar a capacidade das nações não pertencentes à OTAN no quadro amplo de defesa e reforço das capacidades de segurança relacionadas. Detalha, igualmente, que as Forças de Operações Especiais conduzem ações de AM, no âmbito das suas *expertises* (2016, pp. VIII-IX).

No mesmo sentido da estratégia ampla indicada pela OTAN, refere-se, no âmbito da UE, à Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD)¹, que indica, entre outras prioridades,

¹ “PCSD é parte integrante da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) da UE [...] é o principal quadro político através do qual os Estados-Membros podem desenvolver uma cultura estratégica europeia de segurança e defesa, abordar os conflitos e as crises em conjunto, proteger a União e os seus cidadãos e reforçar a paz e a segurança internacionais” (Parlamento Europeu, 2025).



“o desenvolvimento de uma abordagem integrada em relação aos conflitos” (Parlamento Europeu, 2025). A PCSD possibilita a articulação interinstitucional que promove o envolvimento de outras expressões do poder para potencializar os efeitos do emprego da componente militar, a exemplo da provisão de recursos para financiar a disponibilização de formação e equipamento militar (Parlamento Europeu, 2025).

Releva-se que a OTAN (2022, p. 3) definiu que a segurança cooperativa é uma das três tarefas principais, ou *core tasks*, ao lado de dissuasão e defesa; prevenção e gestão de crises. Destaca-se que, para a resposta contra as AH, a resiliência foi assinalada como essencial para a dissuasão e defesa e cumprimento eficaz das tarefas principais da Aliança (Rühle & Roberts, 2019, p. 65).

Nesse contexto, acrescenta-se que a edificação da capacidade de defesa, além da educação e treino nessa área, consta nas prioridades para o diálogo, consulta e cooperação da OTAN (2013). Assim, observa-se que os objetivos definidos com o desenvolvimento de ações de AM estão alinhados com os objetivos e prioridades estratégicas da Aliança.

Entende-se assim que o conceito de AM, constante da DMT brasileira e na doutrina da OTAN, convergem na mesma direção, a de empregar o poder militar na geração ou incremento de capacidades de defesa em NA ou aliadas. Essas ações são dimensionadas considerando os tratados ou acordos firmados entre os Estados envolvidos, com o objetivo de contribuir para a construção de um ambiente seguro, em áreas de interesse, em consonância com os interesses dos nacionais e coordenados com a atuação de outras expressões do poder.

2.2. Ameaças Híbridas

Não existe uma definição consensual para AH. Na presente investigação optou-se, face às inúmeras definições, por recorrer à doutrina existente.

Inicialmente, refere-se ao conceito de AH, constante na DMT brasileira, apresentado nos seguintes termos:

O ambiente complexo em que atuam os elementos [do EB] possui uma multiplicidade de atores que, de forma integrada e em determinadas condições, podem constituir uma [AH].

Esse tipo de ameaça é a combinação dinâmica, ainda que diversa, de forças regulares e irregulares unificadas, que buscam atingir efeitos que lhes beneficiem mutuamente. Esse tipo de ameaça pode incluir células terroristas e/ou criminosos, em alguns casos.



[...] podem envolver atores não estatais, dotados de capacidades e conceitos operativos outrora exclusivos de Estados. [...] podem explorar vulnerabilidades de toda ordem, em uma variedade de situações que lhes tragam benefício. (EB, 2022, Cap 5, p. 10)

Destaca-se, o Conceito Operacional do EB (2023b, Cap 3, pp. 8-10) – Operações de Convergência 2040, no qual se relacionam as AH com eventos futuros, como: o aumento da polarização do ambiente político em diversas partes do mundo, o agravamento da criminalidade transnacional organizada, e a universalização do acesso à informação. Caracterizando, assim, a proeminência das AH nos cenários atuais e futuros.

Observa-se que o Livro Branco de Defesa Nacional do Brasil não apresenta uma definição explícita sobre AH, no entanto, explica que “novas formas de abordar temas tradicionais” influenciam o ambiente internacional, com implicações para a Defesa Nacional, que permeiam diversos domínios transversais e “que ultrapassam a visão tradicional de ameaças potenciais ou manifestas focadas somente em possíveis tensões ou crises entre Estados” (Brasil, 2020, p.14).

No mesmo sentido, a Política Nacional de Defesa do Brasil não define o conceito de AH, mas apresenta a seguinte consideração ao descrever o ambiente internacional:

A configuração internacional, caracterizada por assimetrias de poder, gera tensões e instabilidades que somadas a conflitos de caráter étnico e religioso contribuem para o surgimento de grupos insurgentes e de organizações terroristas ou criminosas que tendem a incrementar a guerra irregular e a possibilidade do uso de artefatos nucleares, biológicos, químicos, radiológicos ou explosivos. (Brasil, 2024, p.16)

Nesses recortes identificam-se elementos afetos a atores estatais e não estatais, além de temas e vulnerabilidades que foram também considerados na definição da DMT brasileira como potenciais alvos das AH.

No entendimento do termo sob a ótica Portuguesa, refere-se à adesão de Portugal como país membro do Centro de Excelência para o Combate a AH (*Hybrid CoE*) e a “elaboração do documento de enquadramento nacional das AH, com uma perspectiva conjunta e interministerial sobre a posição de Portugal” (Serrão, 2023, p. xiv).

O *Hybrid CoE* (2024) é uma organização internacional e autônoma baseada em rede que promove uma abordagem para combater as AH. Reúne 36 Estados da UE e da OTAN em torno do tema, e apresenta a seguinte definição para AH:



Hybrid threats are harmful activities that are planned and carried out with malign intent. They aim to undermine a target, such as a state or an institution, through a variety of means, often combined. Such means include information manipulation, cyberattacks, economic influence or coercion, covert political maneuvering, coercive diplomacy, or threats of military force. Hybrid threats describe a wide array of harmful activities with different goals, ranging from influence operations and interference all the way to hybrid warfare. (Hybrid CoE, 2024)

O *Hybrid CoE* (2024) apresenta ainda outras considerações acerca do tema, das quais se destacam o emprego de AH por inúmeros Estados, a exemplo da Rússia, da China e do Irão, classificados como regimes autoritários, e por atores não estatais, como o *Wagner Group*; a identificação das AH como uma maneira económica que os Estados autoritários utilizam para afetar os processos e instituições dos Estados governados democraticamente, com vistas a cumprir seus objetivos estratégicos pela interferência nos outros atores; a intenção de criação de um ambiente de medo, descrédito e desconfiança em relação às autoridades, outras pessoas ou grupos; a exploração das vulnerabilidades dos regimes democráticos, com o objetivo de minar a coesão social; e o alcance local, nacional e internacional.

Para a UE e o *Hybrid CoE*, um aspeto importante no conceito de AH, é o levantamento da questão das vulnerabilidades sistémicas dos sistemas democráticos como alvos específicos e a defesa de uma abordagem abrangente com cooperação civil-militar desde o início (Giannopoulos, 2021, p. 9).

No modelo conceptual do *Hybrid CoE* para o cenário de AH, consta que essas ameaças procuram atingir um Estado em vários domínios aplicando combinações de ferramentas (Giannopoulos, 2021, p. 26). Cada ferramenta tem como alvo um ou vários domínios ou a interface entre eles, criando ou explorando uma vulnerabilidade ou aproveitando uma oportunidade (2021, p. 26).

Os domínios identificados pelo *Hybrid CoE* (Giannopoulos, 2021, pp. 27-32) são: Infraestrutura, Cibernético, Espacial, Económico, Militar/Defesa, Cultural, Social, Administração Pública, Legal (Jurídico), Inteligência, Diplomático, Político e Informacional. A descrição do que se refere cada um desses domínios está apresentada no Apêndice B.



O estudo das AH com base nesses domínios pode ser flexibilizado, uma vez que não há uma abordagem universal estruturante das expressões do poder nacional. A definição dos domínios, ou outra abordagem qualquer para a análise das ações das AH, pode ser condicionada à decisão dos especialistas envolvidos nessa análise, proporcionando abordagens alternativas, mesclando ou ampliando a lista dos domínios (Giannopoulos, 2021, p. 26).

Ainda sobre o modelo conceptual, Grilo (2021, p. 18) refere que “procura fornecer os meios para abordar as vulnerabilidades, facilitar a deteção e fomentar a resiliência, adotando uma abordagem holística” para apoiar os decisores no processo de tomada de decisão para as ações de combate às AH.

A OTAN (2024, p. 5) ressalta a importância do estudo e entendimento do tema e estabelece um esforço multidisciplinar com o objetivo de criar bases para desenvolver o entendimento e a capacidade de identificar, antecipar e mitigar essa potencial ameaça. Com isso, descreve que nem todas as AH podem ser claramente identificadas como um problema militar (2024, p. 15).

Nesse contexto, Serrão descreve AH como o:

resultado de uma estratégia baseada na combinação ampla e multidimensional de métodos convencionais e não convencionais, com ações abertas e encobertas, implementadas por atores estatais e não estatais [com o objetivo de] [...] criar desestabilização política e social, refletindo-se esse impacto nos governos e nas instituições oponentes, ao criar caos e vazio de poder. (2023, p. 1)

Segundo Grilo (2021, p. 1), o combate às AH é desafiador pela dificuldade de identificação imediata, pois “usam elementos caracterizados de *soft*, *hard*, e *smart power*”, com atuação na zona cinza dos conflitos, com limites difusos e mal definidos. Ressalta que as AH empregam meios diversos com o objetivo de desestabilizar o funcionamento da sociedade, adotando procedimentos que não exigem intervenções armadas no seu controlo (2021, pp. 5-6).

Alves (2020, pp. 10-11), por sua vez, identificou que o entendimento do termo AH está em constante evolução, pois as ferramentas empregues por essas ameaças acompanham as inovações tecnológicas e a possibilidade de emprego de diversos meios. Esse entendimento reforça a dificuldade da sua identificação, face à velocidade dessas inovações na atualidade. O autor definiu AH nos seguintes termos:



[...] consistem em ações coordenadas e sincronizadas, que visam deliberadamente as vulnerabilidades sistêmicas dos Estados e instituições democráticas, através de uma ampla gama de meios, explorando os limiares de detecção e imputação, com o principal objetivo de influenciar e alavancar a vantagem sobre o adversário. (Alves, 2020, p. 42)

As definições constantes em diversas publicações, como as de Fernandes (2016), Alves (2020), Grilo (2021) e Gomes (2022), de modo geral, seguem os estudos de Frank G. Hoffman. Essa ocorrência reforça a consideração de que Hoffman é o pai do conceito de Guerra Híbrida (GH) (Giannopoulos, 2021, p. 9), de onde surge a discussão sobre as AH.

Hoffman (2009, p. 5, 2010, p. 443) considerou que as AH seriam compostas por uma mistura híbrida de táticas tradicionais e irregulares, terrorismo e ações criminosas incorporando uma variedade de diferentes modos de guerra no campo de batalha para alcançar seus objetivos políticos.

Acrescentou que as AH não se limitam a atores não estatais, e que, geralmente as ações são coordenadas para alcançar efeitos sinérgicos nas dimensões física e psicológica do conflito (Hoffman, 2009, p. 5). Caracterizou, ainda, que misturam a letalidade do conflito estatal com o fervor fanático e prolongado da guerra irregular (2009, p. 5).

Esse entendimento foi corroborado por Murray (2020, p. 15), que acrescentou que a complexidade do assunto admite variações nas classificações acadêmicas, no que se refere à definição de AH e GH. Para esse autor, “o termo ‘[GH]’ é uma estrutura útil para analisar conflitos envolvendo forças regulares e irregulares, envolvidas em combates simétricos e assimétricos” (2020, p. 15).

Nesse contexto, Rodrigues (2020, p. 25) distingue que AH está relacionada com o “tipo de atores”, enquanto GH se refere ao “modelo de conflito”. Aponta que a proximidade na forma de utilização do termo ocorre por conta da maneira complementar com que os atores empregam os seus meios, simultaneamente ou não, com conexões pelas suas motivações (2020, p. 25).

Já Maximiano (2018, pp. 4-9), considera que o emprego do termo GH é equivocado, e desconsidera “inúmeras características possíveis de existir no caótico e complexo universo” da guerra. Complementa que diferenciar a classificação da guerra com esse termo desconsidera a possibilidade de que “um adversário regular seja incapaz de se valer de uma estratégica multifacetada” (2018, p. 9).



Nesse mesmo sentido, Fernandes (2021, p. 100) considera que o surgimento do termo como conceito não se refere a algo novo, mas sim como uma nova terminologia para algo já identificado anteriormente.

Fernandes (2021, p. 109), ao referir-se aos conceitos de GH e AH, considera que “o conteúdo do novo conceito é redundante, não comportando nenhum valor acrescentado, nada traz que já não soubéssemos e não adianta rigorosamente o que quer que seja em relação às definições apresentadas de início”.

Dessa maneira, embora as considerações de que o conceito não se refere a algo de novo, é possível observar ideias centrais comuns nas definições apresentadas, incluindo os atores; as capacidades, ferramentas ou formas diversas de atuação; os objetivos e a sincronização das ações.

A identificação das diferentes maneiras de entender, definir e identificar as AH somente corroboram a complexidade do tema, e materializam a “natureza camaleónica, anónima e perpetradora de efeitos nefastos nas diferentes fontes de poder” (Serrão, 2023, p. xv).

Assim, para balizar o presente trabalho, a definição de AH tomará por base a DMT brasileira e será estabelecido como a ameaça provocada por múltiplos atores, estatais e não estatais, que empregam todas as capacidades disponíveis, com forças regulares e irregulares, atuando de forma integrada e coordenada, com o objetivo de criar e explorar as vulnerabilidades dos Estados democráticos, procurando a sua desestabilização.

2.3. Modelo de Análise

O modelo de análise que balizou a presente investigação está apresentado no Apêndice C.



3. Metodologia e método

Neste capítulo apresenta-se o resumo da metodologia e o método empregado na investigação.

3.1. Resumo da metodologia

Seguindo a definição apresentada por Santos & Lima (Santos, 2019, p. 18) o presente trabalho adotará uma metodologia de raciocínio indutivo.

Por intermédio de uma estratégia de investigação qualitativa, recorrendo-se à recolha de dados através de entrevistas, observação e análise documental, com o objetivo de produzir o conhecimento necessário para a resposta às questões definidas, sem a preocupação com análises estatísticas (Santos, 2019, pp. 27-29).

No que se refere ao desenho da pesquisa, o trabalho adotará o tipo estudo de caso, das ações de AM do EP em Moçambique, possibilitando a obtenção de uma perspetiva interpretativa, para melhor compreensão do objeto de estudo (Yin, 1993 e 2005, cit. por Santos, 2019, p. 36, Freixo, 2011, cit. por Santos, 2019, p. 37).

Na sequência, será realizada a análise de conteúdo e análise *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats* (SWOT), como técnicas de tratamento dos dados para responder às questões definidas, nas dimensões diplomática, informacional, militar e económica. A definição dessas dimensões está apresentada no Apêndice D.

3.2. Método

A seguir serão apresentadas as entidades que participaram na investigação, bem como os procedimentos, instrumentos de recolha e técnicas de análise de dados.

3.2.1. Participantes e procedimento

Participantes. Participaram na investigação 12 profissionais (Apêndice E), especialistas na área de AM, com trabalhos publicados, ou estudos efetuados nas áreas de AH, bem como entidades que ocupam ou tenham ocupado cargos, com responsabilidades na definição, proposição ou análise de propostas para o desenvolvimento de ações de AM, pelo EB.

Procedimento. Os participantes na investigação foram convidados para integrar o estudo, sendo-lhes asseguradas as garantias de anonimato e/ou confidencialidade dos dados se algum entrevistado assim o desejasse.

3.2.2. Instrumentos de recolha de dados

Na investigação, os principais meios de recolha de informações foram a análise de documentos escritos e o guião de entrevistas semiestruturadas (Apêndice F).



3.2.3. Técnicas de análise de dados

Foi realizada uma análise qualitativa, seguindo os procedimentos apresentados por Bardin (1977, cit. por Santos, 2019, pp. 117-118) do conteúdo da entrevista (Apêndice G), integrando a análise documental e a revisão bibliográfica.



4. Apresentação dos dados e discussão dos resultados

Neste capítulo serão apresentadas e analisadas as informações recolhidas e respondidas as QD e QC da investigação.

4.1. As ações de Assistência Militar e sua relação com a melhoria da resiliência contra Ameaças Híbridas

Neste subcapítulo será analisada a relação entre as ações de AM e o aumento da resiliência contra AH, e respondida a QD 1.

4.1.1. Aspetos observados em relação ao emprego e os resultados potenciais das ações de Assistência Militar

O principal objetivo da condução de AM é, por intermédio do emprego da expressão militar, promover a edificação ou o incremento de capacidades de defesa em Estados parceiros ou aliados. Observa-se que a condução dessas atividades, em coordenação com outras expressões do poder nacional, nomeadamente a diplomática, a informacional e a económica, favorecem, de forma mais efetiva, o aumento da resiliência contra AH.

Essa assertividade encontra respaldo na DMT brasileira, quando identificado que o emprego da expressão militar terrestre é “parte de um esforço conjunto, interagências e, eventualmente, combinado,” e se destina a, entre outras finalidades, opor-se às AH com uma atuação perene em todas as fases do espectro dos conflitos (EB, 2023b). Enfatiza-se aqui que é a vertente interagências que irá assegurar o envolvimento de outras expressões do poder nacional.

A relevância da abrangência interinstitucional pode ser confirmada pela observância da PCSD, da UE, contexto no qual foi estabelecida a EUTM-MOZ, cujo estudo de caso será apresentado seguidamente. Os resultados alcançados materializam o sucesso da abordagem integrada (Parlamento Europeu, 2025), em cujo escopo se enquadra a condução das ações de AM.

Releva-se que, dentre os entrevistados, houve uma convergência de entendimento de que as ações de AM, para aumentar a resiliência contra AH, contribuem positivamente na melhoria das condições de expressão do poder do Estado, nas dimensões diplomática, informacional, militar e económica, sendo esse efeito um catalisador, também, do aumento da resiliência.

Com isso, permite-se confirmar que as ações de AM constituem-se como uma importante ferramenta para a melhoria da resiliência contra AH.



4.1.2. Síntese conclusiva e resposta à questão derivada 1

Em resposta à QD1, *Como é que as ações de AM melhoram a resiliência contra as AH?*, com a análise dos dados obtidos, conclui-se, nas dimensões:

- Diplomática – que o aumento da resiliência promovido pela AM favorece a melhoria da qualidade das relações diplomáticas do Estado anfitrião. Existe uma relação direta entre a qualidade das relações diplomáticas e as oportunidades para condução de ações de AM. Ainda, os efeitos positivos provenientes do aumento da capacidade militar amplificam a credibilidade do Estado, favorecendo o incremento das relações diplomáticas com outros atores, na procura de um ambiente mais seguro e estável para as relações internacionais. Ademais, os acordos diplomáticos necessários para o desenvolvimento das ações de AM promovem o desenvolvimento da confiança mútua e de oportunidades para outras iniciativas;

- Informacional – que há um relevante contributo das ações de AM para o aumento da resiliência na dimensão informacional. O aumento é resultado de uma maior capacidade de prevenção e combate às AH, associado ao componente dissuasório agregado às capacidades incrementadas e, também, à demonstração da existência de aliados para o combate das AH no seu território. Entende-se, ainda, que, na dimensão informacional, o efeito da atuação de um grupo de países é mais efetivo do que quando conduzida bilateralmente;

- Militar – que o aumento da resiliência nessa dimensão é o mais evidente, pois é aqui que estão os resultados diretos das ações de AM. As ações de AM “fortalecem a capacidade de expressão do poder militar ao aprimorar a capacidade operacional, a interoperabilidade e a dissuasão estratégica” (Mota, em entrevista, conforme Apêndice G). Nesse contexto, identifica-se que os resultados são otimizados quando a AM é desencadeada pró-ativamente, ou seja, antes que as AH tenham alcançado resultados significativos com a sua atuação;

- Económico – que, no mesmo sentido, o aumento da resiliência contra AH promove impactos positivos na dinâmica económica do anfitrião. Essa ocorrência está ligada ao fato de que a manutenção de um ambiente seguro e estável constitui-se como um grande atrativo para investimentos internos e externos, bem como possibilita a manutenção e o desenvolvimento das atividades económicas, desde a circulação de bens e serviços até à instalação de centros produtivos e outros indutores da economia de um Estado.



4.2. As ações do Exército Português no contexto da Missão de Treino da União Europeia em Moçambique

Neste subcapítulo serão analisadas as ações de AM do EP, no contexto da EUTM-MOZ, e respondida a QD 2.

4.2.1. Enquadramento, Mandato e duração da missão

A partir de outubro de 2017, a província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique, foi alvo de ataques diversos por grupos armados, alegadamente ligados ao Estado Islâmico (EUTM-MOZ, 2022, p. 42). A crescente insegurança e a expansão das ações violentas e de terrorismo naquela região, motivaram a solicitação de um pedido de ajuda à UE pelas autoridades da República de Moçambique (EUTM-MOZ, 2022, p. 21).

Essa solicitação foi apreciada pelo Conselho da UE, inicialmente, em abril de 2020, com o estabelecimento de um quadro global para a colaboração da UE com Moçambique, com ênfase para a situação humanitária na região afetada e a necessidade de assegurar o respeito pelos direitos humanos (DH) (Conselho da UE, 2021).

Em março de 2021, foi considerado “que seria adequada uma ação no âmbito da [PCSD] centrada na formação e na assistência às Forças Armadas moçambicanas, no contexto da abordagem integrada da [UE] para a crise em Cabo Delgado” (Conselho da UE, 2021).

Seguidamente, em junho de 2021, o Conselho “aprovou um conceito de gestão de crises para uma eventual missão de formação militar da PCSD em Moçambique”, incluindo a possibilidade de fornecimento de equipamento militar não letal, sendo “que esta missão da PCSD deveria ser um dos instrumentos da abordagem integrada da [UE] para a crise” (Conselho da UE, 2021).

Nesse contexto, o mandato EUTM-MOZ estabeleceu como objetivo a formação e treino de 11 Forças de Reação Rápida (QRF), além de controladores aéreos táticos avançados da Força Aérea, para integrar essas forças (EUTM-MOZ, 2022, p. 46).

Destaca-se que “o treino da EUTM-MOZ foi constituído a partir do projeto de Cooperação no Domínio da Defesa português” (EUTM-MOZ, 2022, p. 47), o que comprova o protagonismo de Portugal na missão, além do país exercer o comando da Força da Missão da EUTM-MOZ, por intermédio da designação de um Oficial General das Forças Armadas Portuguesas durante o período de cumprimento do mandato (EUTM-MOZ, 2022, 2023, 2024).



A previsão de término da EUTM-MOZ ficou definido para dois anos, após a ter atingido a plena capacidade operacional (Conselho da UE, 2021). De facto, a EUTM-MOZ foi conduzida de setembro de 2021 até setembro de 2024, quando houve a transição da missão para um novo mandato, com a denominação de Missão de AM da UE em Moçambique (EUMAM-MOZ) (EUTM-MOZ, 2022, 2024).

A EUMAM-MOZ foi alicerçada no sucesso da EUTM-MOZ e manterá o apoio da UE através da prestação de apoio em mentoria, aconselhamento e formação especializada, sempre que necessário (EUMAM, 2024).

4.2.2. Desenvolvimento da missão e resultados alcançados

A EUTM-MOZ cumpriu a missão de formar 11 QRF, com um ciclo operacional sustentável controlado pelo Estado-Maior de batalhão das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), em observância aos DH, ao Direito Internacional Humanitário (DIH), e a agenda Mulheres, Paz e Segurança (EUTM-MOZ, 2022, 2023, 2024).

O conceito QRF implementado criou forças “capazes de conduzir de forma sustentável operações de contrainsurgência em Cabo Delgado, conforme determinado pelas FADM, em cumprimento dos [DH e DIH], de forma a estabilizar a situação de segurança e criar um ambiente seguro” (EUTM-MOZ, 2024, p. 58).

As QRF desenvolvidas são aptas a conduzir Operações Conjuntas/Combinadas, auto sustentáveis, em ambiente urbano, rural e marítimo, além de possuir as capacidades de: planeamento, comando e controlo das operações; Informações, Vigilância e Reconhecimento; Pelotões de Manobra de Combate da Marinha e do Exército; coordenação do apoio aéreo próximo e outras tarefas, integradas em forças terrestres ou anfíbias; apoio de combate, com secção de Morteiros, de Reconhecimento e Grupos de Botes; e apoio de serviços, incluindo apoio médico-sanitário, abastecimento e manutenção (EUTM-MOZ, 2022, pp. 52-55).

Além da condução do treino em técnicas, táticas e procedimentos (TTP) militares, a EUTM-MOZ investiu em áreas de cooperação para o desenvolvimento ou ajuda humanitária, contribuindo para o envolvimento da população e melhoria das condições de vida naquela região (EUTM-MOZ, 2022).

O treino militar considerou, ainda, a relevância da credibilidade dos efetivos, atribuindo “uma atenção acrescida à formação moral e cívica dos militares, para que cada [militar] fosse um exemplo de humanidade, ética e respeito pelas populações” (EUTM-MOZ, 2022, pp. 25-27).



Realça-se, ainda, que o retomar do crescimento e desenvolvimento económico da região em crise é condicionado pelo retomar das condições de segurança e estabilidade da região (EUTM-MOZ, 2022, pp. 25-27).

No nível tático, a EUTM-MOZ empregou uma estrutura funcional com 174 participantes, de 13 Nações², que conduziram a formação em três áreas distintas, em Chimoio, Dongo e Katembe, contribuindo com a formação de mais de 1700 soldados moçambicanos, complementando “um esforço mais alargado da UE em matéria de consolidação da paz, prevenção de conflitos e apoio ao diálogo, assistência humanitária e cooperação com o desenvolvimento” (EUTM-MOZ, 2024).

4.2.3. Síntese conclusiva e resposta à questão derivada 2

Em resposta à QD2, *Como é que as ações de AM do EP contribuíram para aumentar a resiliência contra as AH em Moçambique?*, conclui-se, nas dimensões:

- Diplomática: que o desenvolvimento da EUTM-MOZ foi viabilizado por iniciativa das autoridades moçambicanas, indicando a intenção do país em dotar-se de melhores condições de combater as AH atuantes em seu território. Com isso, a confiança creditada na UE retorna ao país anfitrião, pois ficam consagrados o respeito a valores e interesses comuns, contribuindo para a realização de novos acordos, como o materializado pela continuidade da missão EUMAM-MOZ, ou em outros assuntos que integrem interesses mútuos. Verifica-se ainda que ficou evidenciada a capacidade de articulação diplomática de Moçambique, cujos resultados tornam mais complexas as ações das AH naquele país, aumentando, com isso, a capacidade de resiliência de Moçambique contra essas ameaças;

- Informacional: que as iniciativas de Moçambique para o controlo das AH no seu território, demonstraram capacidade de articulação, de integração do apoio externo e a prioridade para o combate à essas ameaças. Estas ações foram devidamente disseminadas no ambiente informacional, através de mensagens que contribuíram para a influência dos atores ligados às ações das AH, condicionando a continuidade das suas práticas. Destacam-se as ações com o objetivo de reforçar a credibilidade dos militares junto à população, muito relevantes para as ações futuras das FADM. Desse modo, as ações do EP no contexto da EUTM-MOZ forneceram bases sólidas para o controlo do ambiente informacional, aumentando a resiliência contra as AH;

² Áustria, Bélgica, Cabo-Verde, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Itália, Lituânia, Portugal, Roménia, Sérvia e Espanha.



- Militar: que a participação do EP no contexto da EUTM-MOZ, promoveu o significativo incremento da capacidade militar, em formação, material e desenvolvimento de TTP, eficazes para o combate às AH. Esse foi o principal legado da atuação da EUTM-MOZ, o que contribuiu significativamente, na dimensão militar, para o aumento da resiliência de Moçambique contra as AH.

4.3. As oportunidades de desenvolvimento, pelo Exército Brasileiro, de ações de Assistência Militar no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa em África

Neste subcapítulo serão analisadas as oportunidades de desenvolvimento, pelo EB, de ações de AM que visem o aumento da resiliência contra AH, no âmbito da CPLP em África, e respondida à QD 3.

4.3.1. Caracterização da influência de Ameaças Híbridas nos Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa em África

A construção da resiliência contra AH está a tornar-se um tema crítico para a segurança nacional dos países em todo o mundo (Fjäder & Schalin, 2024), o que demonstra que as AH são críticas para qualquer Estado, independente de seu nível de desenvolvimento. Nesse contexto, identifica-se que essas ameaças também são presentes e atuantes nos países africanos, incluindo os pertencentes à CPLP.

O *Africa Defense Forum* (ADF) e o *Africa Center for Strategic Studies* (ACSC) identificaram a ocorrência de desinformação, propaganda, conflitos civis, terrorismo, questões de cibersegurança e diversos crimes transnacionais, entre outros temas, como ameaça aos países africanos (ADF, 2025a, ACSC, 2025).

Ademais, regista-se a ocorrência de sete operações de manutenção de paz no continente, sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU) (ADF, 2024a), reafirmando a grande instabilidade da região, com influência direta para aqueles países.

Neste contexto, em África, foi identificada a atuação do *Wagner Group*, patrocinado pela Rússia, como uma das ferramentas empregues, como parte de “uma estratégia de apoio e proteção de regimes autoritários, minando simultaneamente a democracia em todas as regiões de África” (ADF, 2023).

Do mesmo modo, verifica-se a condução de campanhas de desinformação com influência nos sistemas de comunicação africanos, “associados ao aumento da violência, ao apoio a golpes de Estado, à expansão da retórica antiocidental e à disseminação da confusão



sobre cuidados de saúde, [que] aumentaram cerca de quatro vezes desde 2022” (ADF, 2024a).

No domínio cibernético, o elevado número de utilizadores da internet em países africanos, na ordem de 646 milhões em 2024, é um terreno fértil para a atuação das AH, que já promoveram diversos ataques na região, resultando que “mais de um terço dos líderes empresariais africanos e dos peritos em segurança cibernética duvidam que os seus governos e os principais agentes económicos estejam preparados para responder eficazmente a um ataque cibernético sofisticado” (ADF, 2025b). Considera-se que o continente é utilizado como campo de ensaio para novos ataques, valendo-se de países com pouca experiência em defesa cibernética (ADF, 2024b).

Esses são exemplos que marcam a atuação e o risco das AH em todos os países daquele continente, e indicam a necessidade de incremento ou geração de novas capacidades militares para fazer frente a essas ameaças, uma vez que a situação atual não os tem revelado suficientemente resilientes.

4.3.2. Identificação das condicionantes para o planeamento e a execução das atividades internacionais do Exército Brasileiro

De acordo com a regulamentação das atividades internacionais do EB, ressalta-se, na DAEBAI (EB, 2024b, p. 5), que as relações com os exércitos das NA são reconhecidas como um dos objetivos gerais da atuação internacional do EB. O documento indica a Ação Colaborativa (AC) como um dos instrumentos dessa atuação (2024b, p. 7).

A definição de AC refere-se às “ações em atendimento de demandas de [NA] para a obtenção de experiências e ensinamentos com o EB ou para atender a interesses mútuos ou de reciprocidade” (EB, 2024b, p. 7).

A AC, que abrange a AM, possibilita “a doação de Sistemas de Materiais de Emprego Militar, o custeio na formação de estudantes militares em estabelecimentos do sistema de ensino do Exército e o apoio ao desenvolvimento de capacidades com equipes móveis de treinamento [EMT]” (EB, 2024b, p. 7).

O PRIEB, a seu termo, realça os objetivos para fortalecer a cooperação internacional com exércitos de NA e a promoção da imagem e profissionalismo do EB (2024a, p. 5), que são plenamente atingidos com a condução de ações de AM.

Ainda, o PRIEB identifica as EMT como uma alternativa efetiva para a condução da AM, com custos reduzidos e a possibilidade de formar um maior número de militares estrangeiros (EB, 2024a, p. 8).



Nesse contexto, identifica-se a possibilidade de emprego das capacidades do EB para a condução de ações de AM junto às NA, aplicando os conhecimentos e capacidades da Força na condução dessas atividades.

4.3.3. Capacidades do Exército Brasileiro para a condução de ações de Assistência Militar para aumentar a resiliência contra Ameaças Híbridas

O EB direciona o esforço das relações internacionais no campo da Defesa nos níveis de capacitação, cooperação e integração, para dar resposta aos interesses nacionais, com uma crescente cooperação com os países da América do Sul e de África (Brasil, 2020, p.85).

O emprego do EB no exterior, remonta à participação na I e II Guerras Mundiais; em diversas Operações de Paz da ONU; em operações de coordenação com agências; e operações de segurança na fronteira, entre outras (Brasil, 2020, pp. 101-113).

Destaca-se, das experiências mais recentes, que desde 2019, o EB mantém uma EMT a atuar junto à Missão das Nações Unidas para Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO), por solicitação da ONU, para a formação e treino das tropas da ONU e das Forças Armadas da República Democrática do Congo, no ambiente operacional de selva, com resultados positivos, tanto para o contingente apoiado como para o EB (Araújo, 2022).

Refere-se, ainda, as ações do EB na Intervenção Federal na Segurança Pública no Rio de Janeiro, em que atuou num ambiente com influência de AH, para a recuperação da operacionalidade dos órgãos de segurança pública e a diminuição dos índices de criminalidade, contribuindo para a geração de um ambiente seguro e estável na área de operações (Presidência da República, 2025).

Assim, o EB (2024a) possui, como possibilidades de cooperação no desenvolvimento de capacidades, as relacionadas com operações de paz, informações militares, operações em ambiente de selva, em ambiente urbano e rural, operações especiais, defesa cibernética, formação de engenharia, operações de logística e, ainda, ações em resposta a catástrofes ambientais.

Em suma, identifica-se que o EB possui capacidades orgânicas compatíveis com as requeridas para o aumento da resiliência contra AH e uma regulamentação que permite que essas capacidades sejam empregues na condução de ações de AM, em resposta às solicitações que possam ser efetuadas por NA.



4.3.4. Síntese conclusiva e resposta à questão derivada 3

Em resposta à QD3, *Quais são as oportunidades de desenvolvimento, pelo EB, de ações de AM que visem o aumento da resiliência contra AH, no âmbito da CPLP em África?*, conclui-se, nas dimensões:

- Diplomática: que os instrumentos regulatórios, no âmbito do Componente de Defesa da CPLP, na legislação nacional brasileira e na regulamentação interna do EB, permitem a celebração de acordos diplomáticos com o objetivo de conduzir ações de AM. Contudo, a iniciativa deve partir das NA que necessitam dessa colaboração;

- Informacional: entende-se que as ações de AM, no âmbito da CPLP em África, têm potencial para influenciar o ambiente informacional naquela região. Essas ações podem ser exploradas com efeito dissuasório efetivo, apoiadas pela relevância de Portugal e Brasil, no instante em que se inserem num determinado ambiente, membros destacados da CPLP no cenário internacional, com potencial para desequilibrar o *status quo* e criar resultados favoráveis para aumentar a resiliência contra AH nos países anfitriões da AM;

- Militar: será a dimensão com maiores benefícios na condução das ações de AM. Como foi identificado, há a possibilidade de ser promovido um aumento da resiliência contra AH pelas capacidades orgânicas do EB. Verifica-se ainda, que o histórico de emprego do EB, em atividades análogas às que são objeto da presente investigação, indica a vocação para a condução de ações de AM, em coerência e tendo em conta as orientações para o emprego do componente militar terrestre.

4.4. Síntese conclusiva e resposta à questão central

Com base na investigação realizada, incluindo a síntese da análise SWOT (Apêndice H), e respondendo à QC, *De que forma o EB pode, por intermédio de ações de AM, aumentar a resiliência contra AH no âmbito da CPLP em África?*, infere-se que o EB pode apresentar contributos significativos.

Em termos normativos, o emprego do EB em ações de AM deverá ser viabilizado por intermédio de um acordo, celebrado no âmbito da CPLP, num contexto bilateral ou multilateral, sendo que este último possui uma maior aceitabilidade. Isto devido à possibilidade de materialização do esforço coletivo para a mitigação de problemas e dificuldades, já existentes quando foi criada a CPLP.

Neste contexto, a multiplicidade de atores envolvidos atua como catalisador dos efeitos da AM no ambiente informacional, demonstrando a coesão entre os países envolvidos e reforçando o culto aos valores e características das sociedades democráticas. Além disso, a



participação de diversos países aumenta a credibilidade das ações no cenário internacional, uma vez que fica explícito que não há qualquer intenção de intervenção externa no país anfitrião. A condição multilateral evidencia o caráter cooperativo da AM.

No que se refere às ações de AM, o EB pode utilizar suas capacidades orgânicas formando EMT, de acordo com o indicado no PRIEB. As EMT poderão ser compostas por equipes multidisciplinares, explorando as alternativas disponíveis, condicionadas pelas necessidades indicadas pela NA anfitriã. Na composição das EMT, com base nas características das AH e nos fatores fisiográficos comuns aos países da CPLP em África, sugere-se a incorporação de efetivos especializados em guerra irregular, operações na selva e defesa cibernética, dentre outras, de acordo com o solicitado.

Assim como o trabalho desenvolvido pela EUTM-MOZ, o treino e a criação de estruturas deverão ser acompanhados do desenvolvimento da competência para a sustentação e longevidade das capacidades geradas. Nesse sentido, a *formação dos formadores* contribui com essas competências, incluindo, ainda, o planejamento do acompanhamento da transição da formação para os meios locais, a mentoria e o treino, caso necessário, como o desenvolvido pela EUMAM-MOZ.

A questão do financiamento das ações, a seu termo, é um ponto crítico e de difícil definição sob a ótica da componente militar. Ressalta-se que, nesse aspeto, o nível de decisão é político, e envolve critérios e condicionantes que extrapolam os objetivos da presente investigação. Entretanto, reitera-se que as ações de AM contribuem para a criação de um ambiente seguro e estável no país anfitrião, favorecendo o desenvolvimento económico da região, e o resultado pode ser explorado para encontrar fontes de financiamento.

Deste modo, fica caracterizado que o EB está apto para desencadear ações de AM para aumentar a resiliência contra AH, com capacidades orgânicas compatíveis para responder às solicitações dos Estados-Membros e contribuir para o fortalecimento das Forças Armadas dos países da CPLP em África.



5. Conclusões

As AH configuram-se, no cenário internacional, em uma grave ameaça para todos os estados democráticos. A natureza difusa, a diversidade de meios e ferramentas empregues e a maneira coordenada com que essas ameaças atingem os seus alvos, estão a exigir ações efetivas dos países para aumentar sua resiliência contra as AH.

Os Estados-Membros da CPLP em África não estão livres destas ameaças, e estão a ser objeto de ações desta natureza. O resultado destas ações cria um cenário de insegurança e incerteza para a população, constituindo-se um obstáculo para o desenvolvimento económico e social destes países. Neste contexto, as ações de AM configuram-se como uma ferramenta disponível para aumentar a sua resiliência contra as AH.

Assim, a presente investigação teve como objeto de estudo a AM, com limitação nos domínios: temporal, no período compreendido entre o ano de 2021 e a atualidade; espacial, aos Estados-Membros da CPLP em África; e no conteúdo, nas ações de AM com potencial para aumentar a resiliência contra as AH e a aplicabilidade dessas ações no âmbito da CPLP em África.

Em termos metodológicos, o trabalho adotou um raciocínio indutivo, com uma estratégia de investigação qualitativa e com o desenho de pesquisa do tipo estudo de caso, unificada com base na análise documental e em entrevistas semiestruturadas.

Desta maneira, relativamente ao OE1, *Analisar as ações de AM e o aumento da resiliência contra AH*, e em resposta à QD1, identificou-se, nas dimensões: diplomática, que as relações entre o país anfitrião e os participantes das ações de AM são fortalecidas, com o reconhecimento mútuo da confiança e vocação para o alcançar de interesses comuns; informacional, que há um incremento significativo da capacidade de dissuasão, proveniente do desenvolvimento das capacidades de prevenção e combate às AH e da percepção da existência de apoio externo em reforço a essas capacidades; militar, que há um benefício direto das ações de AM, com o aumento de capacidades militares, promovendo maior eficiência e eficácia para fazer face às AH; e, económica, que há o aumento da possibilidade de manutenção de um ambiente seguro e estável necessário para o desenvolvimento económico e social do país anfitrião. Com isso, entende-se que as ações de AM promovem o aumento da resiliência contra as AH em todas as dimensões analisadas.

Do mesmo modo, tendo em conta o OE2, *Analisar as ações de AM do EP em Moçambique*, e respondendo à QD2, concluiu-se, nas dimensões: diplomática, que houve um fortalecimento das relações entre os países, resultado das iniciativas de Moçambique em



solicitar a AM e dos efeitos positivos dessas ações, materializado com a celebração de novos acordos para continuação da assistência; informacional, que ficou evidenciado, no ambiente informacional, o incremento da capacidade para o combate às ameaças, o reforço da credibilidade das FADM junto à população, bem como a demonstração da capacidade de articulação internacional para o auxílio no combate às AH; e, militar, que a AM promoveu resultados efetivos na geração de capacidades, com a formação das QRF, integração de novos equipamentos e obtenção de novas TTP para o combate às AH. Assim, as ações de AM do EP em Moçambique fomentaram o aumento da resiliência contra as AH daquele país.

Nesse mesmo contexto, tendo como referência o OE3, *Analisar as oportunidades de desenvolvimento de ações de AM, pelo EB, que visem o aumento da resiliência contra AH, no âmbito da CPLP em África*, e respondendo à QD3, verificou-se, nas dimensões: diplomática, que os acordos e demais legislação existentes no âmbito do Componente de Defesa da CPLP e os dispositivos normativos que amparam o emprego do EB, possibilitam a celebração de acordos ou tratados entre as NA e o Brasil para a condução de ações de AM; informacional, que há um grande potencial para influência no ambiente informacional com o envolvimento dos Estados-Membros da CPLP, nomeadamente Brasil e Portugal, criando um ambiente desfavorável para as AH; e, militar, que o EB possui capacidades orgânicas e experiências recentes, no âmbito da AM, que confirmam a sua aptidão para a condução dessas ações, em alinhamento com as diretivas enquadradoras para o seu emprego. Com isso, configura-se como possível e desejável uma resposta afirmativa às solicitações de AM por parte de NA, no âmbito da CPLP em África, com o objetivo de aumentar a resiliência contra AH.

Na sequência, em relação ao OG, *Propor como o EB pode, por intermédio de ações de AM, aumentar a resiliência contra AH no âmbito da CPLP em África*, e respondendo à QC, inferiu-se que o emprego do EB deverá ser precedido pelo estabelecimento de um acordo no âmbito da CPLP, preferencialmente multilateral, pelo aumento da aceitabilidade e credibilidade das ações no ambiente internacional, além da potencialização dos efeitos no ambiente informacional. Identifica-se que as ações podem ser realizadas por EMT, multidisciplinares, com ênfase nas capacidades de guerra irregular, operações na selva e defesa cibernética, em observância à realidade dos países da CPLP em África. Ainda, a AM deverá priorizar o treino e o desenvolvimento de capacidades sustentáveis pela NA anfitriã, e contemplar a fase de transição da condução do treino e continuidade das ações pelos meios locais. Ademais, não foi identificada a forma de financiamento das ações, por extrapolar os



objetivos da investigação, mas ressalta-se que há benefícios para o desenvolvimento económico e social na região contemplada pelas ações de AM. Assim sendo, considera-se que ficou demonstrada a aptidão do EB para o desenvolvimento destas ações e os potenciais contributos para aumentar a resiliência contra as AH.

Por fim, conclui-se que a condução de ações de AM, pelo EB, para aumentar a resiliência contra AH no âmbito da CPLP em África, está condicionada, principalmente, pela necessidade da manifestação de interesse por parte do país anfitrião. Com base nessa manifestação, será possível estabelecer os termos para a condução da AM. Ressalta-se que o objetivo de aumentar a resiliência contra AH é coerente com a finalidade das ações de AM, e compatível com as capacidades orgânicas e a experiência do EB. Assim como encontra amparo nos instrumentos normativos no âmbito da CPLP e da legislação brasileira. Ainda, em caso de decisão favorável ao emprego do EB nessas atividades, entende-se como plenamente atingível a obtenção de resultados positivos para todos os países envolvidos, materializando o conceito da segurança cooperativa com as NA.

Como contributos para o conhecimento, a presente investigação confirmou que a condução de ações de AM constitui-se como uma ferramenta eficiente e eficaz para aumentar a resiliência contra AH. Identificou-se, ainda, que estas atividades estão abrangidas no escopo da legislação da CPLP, sendo uma alternativa para os países dessa comunidade beneficiarem-se, mutuamente, para o combate às AH. Contudo, a condução destas atividades fica condicionada às decisões políticas e às condicionantes dos acordos específicos para viabilizarem sua consecução.

Como limitações da investigação, indicam-se a dificuldade para a realização das entrevistas; a impossibilidade de definição de parâmetros específicos para o dimensionamento das ações de AM a serem conduzidas, principalmente porque esse aspeto é condicionado à intenção e vontade da NA apoiada; bem como identificar a fonte de financiamento para as ações de AM, por estar condicionada às decisões de nível político e às circunstâncias e particularidades de cada ação.

Como estudos futuros, sugerem-se outros temas relacionados com a atuação da Componente de Defesa da CPLP. Como por exemplo, a otimização dos exercícios militares conjuntos e combinados da série Felino, ou a possibilidade de conduzir operações de estabilização, com uma força oriunda de países da CPLP. Assim, será possível evidenciar as possibilidades existentes e, ainda, motivar iniciativas com o objetivo de concretizar ações de



AM, contribuindo para aumentar a resiliência contra AH e fomentando o desenvolvimento dos Estados-Membros da CPLP.



Referências bibliográficas

- Africa Center for Strategic Studies. (2025). *ACSC - Tópicos de Segurança*. Fonte: <https://africacenter.org/security-topics/>
- Africa Defense Forum. (2023). *ADF - Estratégia da Rússia Visa Destruir a Democracia em África*. Fonte: <https://adf-magazine.com/pt-pt/2023/08/estrategia-da-russia-visa-destruir-a-democracia-em-africa/>
- Africa Defense Forum. (2024a). *ADF - Campanhas de Desinformação Estrangeiras à 'Escala Industrial' Alimentam a Raiva e a Confusão*. Fonte: <https://adf-magazine.com/pt-pt/2024/10/campanhas-de-desinformacao-estrangeiras-a-escala-industrial-alimentam-a-raiva-e-a-confusao/>
- Africa Defense Forum. (2024b). *ADF - Criminosos Cibernéticos Vêem África Como Campo de Ensaio*. Fonte: <https://adf-magazine.com/pt-pt/2024/10/criminosos-ciberneticos-veem-africa-como-campo-de-ensaio/>
- Africa Defense Forum. (2025a). *ADF - Ameaças à segurança*. Fonte: <https://adf-magazine.com/pt-pt/ameacas-a-seguranca/>
- Africa Defense Forum. (2025b). *ADF - Previsão Alerta para Ataques Cibernéticos Contra Principais Infra-Estruturas*. Fonte: <https://adf-magazine.com/pt-pt/2025/02/previsao-alerta-para-ataques-ciberneticos-contr-principais-infra-estruturas/>
- Alves, A. J. (2020). *A Prevenção e o Combate às Ameaças Híbridas: Impacto para as Forças Armadas Portuguesas*. Lisboa, Portugal: Instituto Universitário Militar.
- Araújo, H. D. (2022). *A Equipe Móvel de Treinamento em Operações na Selva (JWMTT) na Missão de Estabilização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) e suas contribuições para o Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro, Brasil: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.
- Bernardino, L. M. (Janeiro - Dezembro de 2023). *25 Anos de Cooperação na CPLP no Domínio da Defesa (1998-2023). Uma Aposta na Atlânticidade*. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa - Série 140 - pp. 93-110*. Lisboa, Portugal: Sociedade de Geografia de Lisboa.
- Bernardino, L. M., & Leal, J. S. (dezembro de 2011). *A Arquitetura de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1996-2011)*. Lisboa: IDN - Instituto de Defesa Nacional.



- Bernardino, L. M., & Rizzi, K. R. (dezembro de 2023). 25 anos de Cooperação de Defesa na CPLP. Lisboa, Portugal: Mercado de Letras Editores, Lda.
- Brasil. (2020). Livro Branco de Defesa Nacional. Brasil.
- Brasil. (2024). Política Nacional de Defesa. Brasil.
- Chun, C. K., & Bartholomees, J. B. (2012). Economics: a Key Element of National Power. *Volume I: Theory of War and Strategy (pp. 205 - 216)*. Strategic Studies Institute, US Army College.
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. (17 de julho de 1996). Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Lisboa: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. (15 de setembro de 2006). Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. (2024a). *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Fonte: <https://www.cplp.org/Default.aspx?AreaID=22>
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. (2024b). *Portal da Componente de Defesa*. Fonte: <https://defesa.cplp.org>
- Conselho da União Europeia. (2021). Decisão (PESC) 2021/1143 - Decisão relativa a uma Missão de Formação Militar da União Europeia em Moçambique (EUTM Moçambique). *Jornal Oficial da União Europeia, L24/93*. Bruxelas: Conselho da UE.
- European Union Military Assistance Mission Mozambique. (2024). *Factsheet: EU Military Assistance Mission Mozambique* (https://www.eeas.europa.eu/eumam-mozambique/factsheet-eu-military-assistance-mission-mozambique_en?s=410439). EUMAM Mozambique.
- Exército Brasileiro. (19 de dezembro de 2017). Manual de Campanha. *OPERAÇÕES ESPECIAIS (EB70-MC-10.212) 3a ed.* Brasília, Distrito Federal, Brasil.
- Exército Brasileiro. (15 de dezembro de 2022). Manual de Fundamentos. *DOCTRINA MILITAR TERRESTRE EB20-MF-10.102 - 3a Edição*. Brasília, Distrito Federal, Brasil.
- Exército Brasileiro. (20 de dezembro de 2023). Concepção Estratégica do Exército (Plano) - integrante da Fase 4 do Sistema de Planejamento Estratégico do Exército para o ciclo 2024-2027 (EB-10-P-01.017), 1ª edição. Brasília, Distrito Federal, Brasil.



- Exército Brasileiro. (10 de fevereiro de 2023). Manual de Fundamentos. *CONCEITO OPERACIONAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO - OPERAÇÕES DE CONVERGÊNCIA 2040 (EB20-MF-07.001)*. Brasília, Distrito Federal, Brasil.
- Exército Brasileiro. (7 de novembro de 2024a). *PLANO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO - PRIEB (EB10-P-01.026) - 1ª edição*. Brasília, Distrito Federal, Brasil.
- Exército Brasileiro. (13 de setembro de 2024b). *DIRETRIZ PARA AS ATIVIDADES DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA ÁREA INTERNACIONAL - DAEBAI (EB10-D-01.006) - 4ª edição*. Brasília, Distrito Federal, Brasil.
- Fendrick, R. J., & Bartholomees, J. B. (2012). Diplomacy as an Instrument of National Power. *Volume I: Theory of War and Strategy (pp. 173-178)*. Strategic Institute, US Army War College.
- Fernandes, A. H. (dezembro de 2021). O que é a guerra : a falácia do conceito de guerra híbrida : breve excursão. *Nação e Defesa; 160; pp. 99-117*. Instituto da Defesa Nacional.
- Fernandes, H. M. (novembro de 2016). As novas guerras: o desafio da guerra híbrida. *Revista de Ciências Militares, Vol. IV, n° 2, pp. 13-40*. Lisboa, Portugal: Instituto Universitário Militar.
- Fjäder, C., & Schalin, J. (maio de 2024). Building resilience to hybrid threats: Best practices in the Nordics. The European Centre of Excellence for Countering Hybrid Threats.
- Giannopoulos, G., Smith, H., & Theocharidou, M. (2021). The Landscape of Hybrid Threats: A conceptual model. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- Gomes, D. F. (2022). Ameaças Híbridas: a Doutrina Russa e a sua Aplicação Prática. Lisboa, Portugal: Instituto Universitário Militar.
- Grilo, A. J. (2021). A Defesa Nacional na Prevenção e Combate às Ameaças Híbridas. Lisboa, Portugal: Instituto Universitário Militar.
- Hoffman, F. G. (abril de 2009). Hybrid Threats: Reconceptualizing the Evolving Character of Modern Conflict. *Strategic Forum No 240*. Institute for National Strategic Studies National Defense University.
- Hoffman, F. G. (2010). Hybrid Threats: Neither omnipotent nor unbeatable. *Orbis, Vol. 54, n. 3, pp. 441-445*.



- Jablonsky, D., & Bartholomees, J. B. (2014). National Power. *U.S. Army War College Guide to National Security Policy and Strategy* (pp. 101-178). Strategic Studies Institute, US Army War College.
- Maximiano, C. C. (1º quadrimestre de 2018). Guerra híbrida não existe A história prova. *A Defesa Nacional - Revista de assuntos militares e estudos de problemas de defesa - Ano CV - n° 835 -* . Rio de Janeiro, RJ, Brasil: BIBLIEx.
- Ministério da Defesa. (2015). Glossário das Forças Armadas - MD35-G-01 - 5ª edição. Brasília, Distrito Federal, Brasil.
- Missão de Treino da União Europeia em Moçambique. (2022). PRIMEIRO ANO - Setembro 2021 - Setembro 2022. Maputo: EUTM-MOZ.
- Missão de Treino da União Europeia em Moçambique. (2023). SEGUNDO ANO - Setembro 2022 - Setembro 2023. Maputo: EUTM-MOZ.
- Missão de Treino da União Europeia em Moçambique. (2024). 3º ANO - 2023-2024. Maputo: EUTM-MOZ.
- Murray, W., & Mansoor, P. R. (2020). *Guerra Híbrida - a verdadeira face do combate no século XXI*. Rio de Janeiro, Brasil: Biblioteca do Exército.
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2013). NATO MEDIA BACKGROUNDER.
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (17 de maio de 2016). NATO Standard - AJP-3.16. *Allied Joint Doctrine for Security Force Assistance (SFA)*. NATO STANDARIZATION OFFICE (NSO).
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (fevereiro de 2017). NATO Standard - AJP-1 Edition E, Version 1. *Allied Joint Doctrine*. NATO STANDARIZATION OFFICE (NSO).
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (24 de maio de 2019). NATO Standard - AJP-5. *Allied Joint Doctrine for Planning of Operations*. NATO STANDARIZATION OFFICE (NSO).
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (29 de junho de 2022). NATO 2022 Strategic Concept.
- Organização do Tratado do Atlântico Norte. (junho de 2024). Hybrid Threats and Hybrid Warfare Reference Curriculum. NATO Headquarters Brussels.
- Parlamento Europeu. (2025). *Fichas temáticas sobre a União Europeia*. Fonte: Política Comum de Segurança e Defesa:



<https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/159/politica-comum-de-seguranca-e-defesa>

- Piercy, K. (2023). "I DO NOT THINK IT MEANS WHAT YOU THINK IT MEANS" - Information Power and Deterrence. Alabama, Estados Unidos da América: Air Command and Staff College - Department of Research and Publications (ACSC/DER).
- Prazeres, F. L. (2019). O Papel do Brasil no Desenvolvimento de um Pensamento Comum em Segurança e Defesa na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Lisboa, Portugal: Instituto Universitário Militar.
- Presidência da República Federativa do Brasil. (2025). Fonte: Gabinete de Intervenção Federal no Rio de Janeiro - Perguntas e Respostas sobre a Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro: <http://www.intervencaofederalrj.gov.br/intervencao/perguntas-e-respostas>
- Rühle, M., & Roberts, C. (2019). NATO's Response to Hybrid Threats. NATO Defense College.
- Rodrigues, F. d. (Setembro-Novembro de 2020). Guerra Híbrida: por uma discussão conceitual. *Análise Estratégica Volume 18 (4)*. Brasil: Centro de Estudos Estratégicos do Exército.
- Santos, L. &. (2019). Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação (2a ed., revista e atualizada). *Cadernos do IUM*, 8. Lisboa, Portugal: Instituto Universitário Militar.
- Serrão, D. L. (2023). Ameaças Híbridas - Desafios para Portugal. *Cadernos do IUM*, 57. Lisboa, Portugal: Instituto Universitário Militar.
- The European Centre of Excellence for Countering Hybrid Threats. (novembro de 2024). *Hybrid CoE - The European Centre of Excellence for Countering Hybrid Threats*. Fonte: <https://www.hybridcoe.fi/hybrid-threats-as-a-phenomenon/>



Apêndice A — Aspetos relacionados com a Componente de Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

A CPLP é o “foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros” (2024a). Foi constituída em 17 de julho de 1996, incluindo como Estados-Membros: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe; em 2002, Timor-Leste tornou-se membro da comunidade; e, em 2014, Guiné Equatorial (CPLP, 1996, 2024a). A Comunidade, com isso, inclui Estados situados em quatro continentes – África, América do Sul, Ásia e Europa – englobando mais de 230 milhões de pessoas (CPLP, 2024a).

A CPLP destaca como objetivos gerais:

A concertação político-diplomática entre seus Estados-Membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional;

A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social;

A materialização de projectos de promoção e difusão da língua portuguesa. (CPLP, 2024a)

Nesse contexto, em 2006, foi estabelecido o Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa (PCDD), com o objetivo global de “promover e facilitar a cooperação entre os Estados-Membros no domínio da Defesa, através da sistematização e clarificação das ações a empreender” (CPLP, 2006).

Destaca-se que o PCDD definiu como objetivos específicos:

- criar uma plataforma de partilha de conhecimento em matéria de Defesa Militar;

- promover uma política comum de cooperação nas esferas de Defesa e Militar;

- contribuir para o desenvolvimento das capacidades internas com vista ao fortalecimento das Forças Armadas dos países da CPLP. (CPLP, 2006)

Bernardino (2023, p.78) considerou que “o PCDD permitiu alinhar as estratégias de cooperação para a segurança e Defesa e veio a tornar mais sólida esta componente e abrir portas para outras vertentes de cooperação”.

Segundo Bernardino (2011, p. 15), apesar de não estar incluída no estatuto original da CPLP, e “parecer não constituir preocupação relevante no seio da organização, esta rapidamente foi reconhecida pelos seus Estados-Membros como um domínio de enorme importância para os objetivos da Comunidade”.

Nesse sentido, “a cooperação no setor da Defesa tem vindo a adquirir uma relevância crescente, por força das profundas transformações ocorridas no sistema internacional” (Bernardino, 2023, p. 11).

Nesse contexto, destaca-se que a Componente de Defesa da CPLP “foi edificada com o intuito de promover e facilitar a cooperação no domínio da Defesa entre os seus Estados-Membros, constituindo-se como um verdadeiro instrumento para a manutenção da paz e da segurança” (CPLP, 2024b).

A atuação da Componente ocorre, atualmente, por intermédio dos exercícios militares conjuntos e combinados da série Felino; do fórum especializado de formação e capacitação em assuntos de Defesa, denominado Colégio de Defesa da CPLP; do fórum de Saúde Militar da CPLP; dos encontros de Saúde Militar da CPLP; da Conferência das Marinhas da CPLP; do Plano de Ação da Componente de Defesa da CPLP para Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança; do Mecanismo de Apoio a Catástrofes da CPLP; e na atuação combinada das forças militares dos Estados-Membros da CPLP em operações de paz no âmbito da Organização das Nações Unidas (CPLP, 2024b).

Destaca-se que a Componente de Defesa da CPLP “constitui-se como uma plataforma para a partilha de conhecimentos e experiências, contribuindo para o desenvolvimento de capacidades internas que fortaleçam as Forças Armadas dos países da CPLP, e promovendo uma política comum de cooperação nas esferas da Defesa e Militar” (CPLP, 2024b).

Refere-se, ainda, que Prazeres (2019, p. 5) identificou que “o principal ponto de desenvolvimento da componente de segurança e defesa da CPLP é o aprofundamento da cooperação”.

Desse modo, em relação ao desenvolvimento de ações de AM no âmbito da CPLP, entende-se que são abrangidas pelos protocolos e, ainda, estão em concordância com o entendimento de Bernardino (2023, p. 108), que identificou “a necessidade de aprofundar a cooperação em todos os sectores nomeadamente na área da Defesa;” e indicou a importância na formação de quadros e na criação de uma maior integração de ações de cooperação multilaterais.



Apêndice B — Domínios do Modelo Concetual

Os domínios identificados pelo *Hybrid CoE* constituem-se num dos quatro principais pilares, ao lado de atores, ferramentas e fases, que precisam ser analisados para possibilitar o entendimento da situação relacionada com as ações das AH (Giannopoulos, p. 11).

Nesse contexto, a análise das condições de cada domínio permite a identificação de vulnerabilidades e dos alvos das ações das AH, possibilitando quantificar o efeito dessas ações, com o objetivo de melhorar a postura de segurança (Giannopoulos, 2021, p. 14). Entende-se que a utilização dos domínios como base dessa análise facilita a identificação das ferramentas e dos possíveis atores executantes ou estimuladores das ações das AH.

Importa destacar que as ações das AH que visam os domínios, ou usando os domínios como meio, serão classificadas como tal em função da coordenação simultânea de múltiplas ferramentas, caracterizando uma ação coordenada para explorar vulnerabilidades e oportunidades para, com isso, contaminar o processo de tomada de decisão do Estado alvo, conservando uma condição de negação da autoria das ações pelo Estado hostil (Giannopoulos, 2021, p. 26).

O efeito das ações das AH num domínio normalmente desencadeia efeitos nos demais domínios, de tal maneira que a sincronização dessas ações adquire uma dimensão muito grande com efeitos danosos para o Estado alvo (Giannopoulos, 2021, pp. 26-32).

Seguidamente estão apresentados os domínios identificados pelo *Hybrid CoE*, com suas principais características.

1. Infraestrutura: O domínio Infraestrutura abrange os alvos que se enquadram na definição de infraestrutura crítica (IC), cuja definição, para a União Europeia é:

o elemento, sistema ou parte deste situado nos Estados-Membros que é essencial para a manutenção de funções vitais para a sociedade, a saúde, a segurança e o bem-estar económico ou social, e cuja perturbação ou destruição teria um impacto significativo num Estado-Membro, dada a impossibilidade de continuar a assegurar essas funções. (Conselho da União Europeia, 2008, cit. por Giannopoulos, 2021, p. 27)

As ações que visam atingir esse domínio tem por objetivo degradar a qualidade dos bens e serviços, destruir partes essenciais das IC, aumentar o custo de funcionamento, afetar a procura, colocando a IC sob pressão, reduzir ou eliminar redundâncias e causar uma dependência de outro Estado, limitar o acesso aos principais recursos necessários para a manutenção do funcionamento das IC, dentre outros (Giannopoulos, 2021, p. 28).

2. Cibernético: A dimensão cibernética adquiriu uma grande relevância na atualidade, tudo que acontece no mundo tem repercussões no ciberespaço (Giannopoulos, 2021, p. 28). Entre esses eventos estão os crimes cibernéticos, propaganda, espionagem, influência, terrorismo e mesmo a própria guerra, que utilizam o ciberespaço como meio para conduzir as suas intenções aos seus alvos (2021, p. 28). Ainda, o baixo custo envolvido, o anonimato e as assimetrias em relação às capacidades dos atores facilita o direcionamento das ações para esse domínio (2021, p. 28).

Este domínio refere-se ao ambiente de informação, consistindo nas redes interdependentes de infraestruturas de tecnologias da informação (incluindo hardware, software, dados, protocolos) e informações, incluindo a Internet, redes de telecomunicações, sistemas informáticos, e processadores e controladores embarcados (Giannopoulos, 2021, p. 28).

3. Espacial: Os serviços espaciais incluem navegação, comunicações, sensoriamento remoto e ciência e exploração (Agência de Inteligência de Defesa, 2019, p. 11, cit. por Giannopoulos, 2021, p. 28). O efeito das ações das AH no domínio espacial têm impacto significativo nas atividades comerciais civis, além do domínio militar/defesa (Giannopoulos, 2021, p. 28). A atuação das AH nos alvos do domínio espacial explora a ligação de ativos espaciais a outros domínios e as consequências do comprometimento dessas estruturas, mesmo temporariamente (2021, p. 28).

4. Económico: O domínio económico é definido como a produção, distribuição e consumo de todos os bens e serviços para um país, e inclui o seu desenvolvimento económico e distribuição de riqueza (OTAN 2013, cit. por Giannopoulos, 2021, p. 28).

As relações económicas são suscetíveis à intervenção estatal e, normalmente, são empregues sanções, impostos, embargos, acordos comerciais, congelamento de bens, intervenções esterilizadas, subsídios, tarifas, empréstimos e perdão de dívidas, dentre outros instrumentos de política económica, com o objetivo de alterar as condições no Estado alvo (Giannopoulos, 2021, p. 29).

Nesse mesmo domínio, as AH atuam com o objetivo de enfraquecer o Estado alvo, minando a confiança pública na democracia e no governo (Giannopoulos, 2021, p. 29).

5. Militar/Defesa: A função básica da expressão militar de um Estado é preservar a independência, bem como a inviolabilidade e unidade do território, mantendo e defendendo a soberania. Em tempo de paz, os



militares juntam-se às autoridades civis para exercícios e fins de assistência, em apoio a outras instituições do Estado (Giannopoulos, 2021, p. 29).

As capacidades militares e de defesa de um país constituem uma pedra basilar da sua própria existência e projeção de poder em são um pré-requisito para que um país seja percebido como um ator importante na arena geopolítica global (Giannopoulos, 2021, p. 29).

O comprometimento das capacidades militares e de defesa do país pode ser um meio muito eficaz de aumentar a influência, exercer pressão e, em certos casos, preparar o terreno para futuras operações militares (Giannopoulos, 2021, p. 29). As ações nesse domínio potencialmente aumentam a pressão econômica e podem provocar a escalada no nível da crise, com respostas às ações identificadas como hostis (2021, p. 29).

6. Cultural: Este domínio envolve o uso, por um agressor, da arte de governar culturalmente para apoiar um objetivo através de uma atividade de AH. O domínio cultural abrange questões que pertencem à identidade nacional, à história e religião. Normalmente as ações cujo alvo é o domínio cultural têm origem nos atores estatais, empregando outros atores, constituindo uma AH para alcançar seus objetivos (Giannopoulos, 2021, p. 30).

7. Social: O domínio social é tipicamente utilizado para gerar, aprofundar ou explorar segmentações socioculturais, que irão gerar a convulsão social necessária para que a atividade da AH prossiga ou tenha sucesso (Giannopoulos, 2021, p. 30). As ações nesse domínio exploram questões controversas, como o desemprego, a pobreza e a educação para criar ou sustentar uma crise e enfraquecer o Estado alvo, com o objetivo de influenciar a forma como a sociedade funciona e, assim, criar condições favoráveis para as atividades de AH (2021, p. 30).

8. Administração Pública: O domínio Administração Pública abrange as estruturas do Estado cuja finalidade é implementar a lei e as regras (Giannopoulos, 2021, p. 30). Há uma relação muito forte com o domínio político, pois essas estruturas são as responsáveis por colocar em prática as políticas públicas, bem como influenciam na elaboração dessas políticas (2021, p. 30). As ações de AH que impactam esse domínio normalmente serão direcionadas para as estruturas necessárias ao funcionamento dos serviços públicos (2021, pp. 30, 33-34).

9. Legal (Jurídico): O domínio legal (jurídico) refere-se ao conjunto de regras jurídicas, ações, processos e instituições, incluindo tanto as suas vertentes normativas como manifestação física, que são ou podem ser utilizados atingir efeitos jurídicos ou não jurídicos no contexto de uma campanha de AH (Giannopoulos, 2021, p. 30).

Os atores, nas suas ações nesse domínio, exploram os limites legais, as vulnerabilidades do sistema jurídico, além de utilizar a lei e os processos legais para criar narrativas e contra narrativas, dentre outras táticas que podem ou não envolver violações nas normas vigentes (Giannopoulos, 2021, p. 30). Em geral, os objetivos incluem a legitimação dos seus próprios comportamentos e a manutenção da sua própria liberdade de ação e a deslegitimação do comportamento do seu alvo e a restrição da sua liberdade de ação (2021, p. 30).

As características das ações que podem ser consideradas como provenientes de AH no domínio legal incluem: a pretensão de minar a democracia ou os estados democráticos; a utilização da lei para alcançar ações disruptivas, subversivas ou outras ações malignas com efeitos na ou contra o estado alvo; a utilização da lei de forma abusiva ou corrosiva para o Estado de direito; e a utilização de meios jurídicos para alcançar efeitos noutros domínios (Giannopoulos, 2021, p. 30).

10. Inteligência: O domínio inteligência inclui todo o processo pelo qual tipos específicos de informação importantes para a segurança nacional são solicitados, recolhidos, analisados e fornecidos aos decisores políticos; os produtos desse processo; a salvaguarda desses processos e das informações por atividades de contrainformação; e a realização de operações conforme solicitado pelas autoridades legais (Lowenthal, 2015, cit. por Giannopoulos, 2021, p. 31).

A inteligência fornece aos decisores consciência situacional, essencial para a gestão estratégica e decisões relacionadas com a segurança, inclui diversas fontes e distintos domínios que permeiam todas as estruturas do Estado (Giannopoulos, 2021, p. 31).

As ações nesse domínio procuram como objetivos minar ou criar engano na capacidade do estado alvo de desenvolver e manter a consciência situacional, bem como também são desencadeadas em suporte a ações com objetivos em outros domínios (Giannopoulos, 2021, p. 31).

11. Diplomático: O domínio diplomático inclui o entendimento de que a diplomacia, na sua dimensão internacional, é a condutora das relações internacionais. A relação diplomática entre os Estados tem-se centrado tradicionalmente na segurança e classificam a guerra como medida defensiva contra as agressões provocadas, sujeita às restrições de proporcionalidade e a proteção da não-combatentes (Giannopoulos, 2021, p. 31).

As ações de AH no domínio diplomático são concebidas para criar divisões seja a nível interno ou internacional, apoiar qualquer campanha de informação e intromissão nos processos de tomada de decisões (Giannopoulos, 2021, p. 31).



12. Político: No contexto das AH, o domínio político abrange os atores, organizações e instituições que exercem autoridade ou governam dentro de um território através da aplicação de diversas formas de poder e influência política (NATO 2013, cit. por Giannopoulos, 2021, p. 31).

Os atores podem tentar explorar o domínio político para influenciar o estado alvo ou estabelecer condições favoráveis para a condução de atividades de AH, com a combinação de diversas ferramentas em múltiplos domínios (Giannopoulos, 2021, p. 31). As ferramentas deste domínio visam os processos democráticos, as organizações políticas e as pessoas (2021, p. 31). O domínio político tem estreita relação com todos os outros domínios, principalmente pela condição de conduzir e gerenciar as relações e a atuação do Estado democrático, tanto internamente como no contexto internacional.

13. Informacional: O domínio informacional abrange uma das principais marcas das AH e estratégias não lineares, que é a transformação da informação em arma, utilizada para minar a percepção da segurança das pessoas, pondo em causa questões políticas, sociais e identidades culturais umas contra as outras (Giannopoulos, 2021, p. 32). O objetivo da ação nesse domínio é dividir os grupos de interesse influentes e alianças políticas, de forma a gerar a confusão e perturbação, no instante em que as pessoas se sentem mais inseguras (2021, p. 32).

As ações do domínio informacional são de baixa intensidade e grande potencial para negação da autoria, ou mesmo o direcionamento dessa responsabilidade para outros atores (Giannopoulos, 2021, p. 32). Nesse contexto, as AH concebem ações que, geralmente, são de baixo risco, permitem uma abordagem de tentativa e erro, com um custo relativamente baixo e, quando propagada em ambiente cibernético, são potencializadas por técnicas de multiplicação, que potencializa o seu alcance e efeitos (2021, p. 32).

Com isso, por essas características, o domínio informacional estabelece ligações com todos os outros domínios, seja por influência direta ou pelo seu uso para propagação dos efeitos conquistados.



Apêndice C — Modelo de Análise

Tema	As ações de Assistência Militar do Exército Brasileiro para aumentar a resiliência contra ameaças híbridas no âmbito da CPLP.					
Objeto de Estudo	A Assistência Militar					
Objetivo Geral	Propor como o EB pode, por intermédio de ações de AM, aumentar a resiliência contra AH no âmbito da CPLP em África.					
Questão Central	De que forma o EB pode, por intermédio de ações de AM, aumentar a resiliência contra AH no âmbito da CPLP em África?					
Objetivos Específicos	Questões Derivadas	Conceitos Estruturantes	Dimensões	Indicadores	Técnica de recolha e tratamento de dados	Questões (conforme Guião de Entrevistas)
OE1. Analisar as ações de AM e o aumento da resiliência contra AH.	QD1. Como é que as ações de AM melhoram a resiliência contra AH?	Assistência Militar Ameaças Híbridas	Diplomática	- Contributo para o estabelecimento ou manutenção de relações diplomáticas; - Contributo para a qualidade das relações diplomáticas.	Análise documental Entrevistas semiestruturadas Análise de conteúdo Análise SWOT	1.1; 1.2; 7; 8
			Informacional	- Contributo para o incremento da capacidade de controlo do ambiente informacional.		2.1; 7; 8
			Militar	- Geração de novas capacidades militares; - Incremento de capacidades militares existentes.		3.1; 7; 8
			Económica	- Contributo para o desenvolvimento da expressão económica do país anfitrião; - Identificação do grau de ameaça e vulnerabilidade por ação de ameaças híbridas.		4.1; 5; 6; 7; 8



Objetivos Específicos	Questões Derivadas	Conceitos Estruturantes	Dimensões	Indicadores	Técnica de recolha e tratamento de dados	Questões (conforme Guião de Entrevistas)
OE2. Analisar as ações de AM do Exército Português em Moçambique.	QD 2. Como é que as ações de AM do Exército Português contribuíram para aumentar a resiliência contra as AH em Moçambique?	Assistência Militar Ameaças Híbridas	Diplomática	- Existência de diplomas legais que amparem o desenvolvimento de ações de assistência militar no âmbito da CPLP; - Identificação do grau de ameaça e vulnerabilidade por ação de ameaças híbridas;	Análise documental Entrevistas semiestruturadas Análise de conteúdo Análise SWOT	1.1; 1.2; 5; 6; 7; 8
			Informacional	- Incremento da capacidade de controlo do ambiente informacional; - Identificação do grau de ameaça e vulnerabilidade por ação de ameaças híbridas.		2.1; 5; 6; 7; 8
OE3. Analisar as oportunidades de desenvolvimento de ações de AM, pelo EB, que visem o aumento da resiliência contra AH, no âmbito da CPLP em África.	QD3. Quais são as oportunidades de desenvolvimento, pelo EB, de ações de AM que visem o aumento da resiliência contra AH, no âmbito da CPLP em África?		Militar	- Incremento de capacidades militares existentes; - Geração de novas capacidades militares; - Identificação do grau de ameaça e vulnerabilidade por ação de ameaças híbridas.		3.1; 5; 6; 7; 8



Apêndice D — Dimensões de Análise

As dimensões de análise foram definidas em: diplomática, informacional, militar e econômica, considerando que, assim como indicado por Serrão (2023, p. 2), consiste em uma ferramenta de análise estratégica consolidada e coerente com os objetivos do presente trabalho.

O entendimento dessas dimensões tem como base a definição desses termos enquanto instrumentos do poder nacional, conforme detalhado a seguir:

- **Dimensão Diplomática:** a diplomacia consiste fundamentalmente numa avaliação constante do potencial de poder de outros países, dos interesses vitais percebidos e das relações com outros estados, numa tentativa de maximizar a liberdade de ação do próprio país com o propósito final de garantir a realização dos interesses vitais da nação (Fendrick, 2012, p. 174). A dimensão diplomática envolve a maneira como um Estado interage com outros atores, com o objetivo de negociar, firmar acordos e gerir essa interação entre aliados e parceiros, sendo o grau de envolvimento diplomático aferido pela mensuração dessas capacidades (OTAN, 2017). As consequências das ações diplomáticas são normalmente assinaladas pela mudança para a economia ou atividades militares, sendo que a diplomacia eficaz depende de negociações persuasivas apoiada por um poder econômico e militar fiável (2017).

- **Dimensão Informacional:** a dimensão informacional sustenta a compreensão e o processo de tomada de decisão (OTAN, 2017). Todas as formas de comunicação, por ações, palavras ou imagens, indicam as intenções do Estado e podem resultar em efeitos estratégicos e devem ser sincronizadas e coordenadas para atingir os objetivos políticos e militares (2017). A atuação nessa dimensão, cujo objetivo é influenciar um determinado público, envolve a interação entre: a capacidade de recolher dados, protegidos ou desprotegidos, analisar esses dados e integrá-los para uso com outros elementos do poder nacional; a capacidade de proteger os próprios dados e domínios de uma tentativa de aquisição, inserção ou influência de um oponente; a capacidade de disseminar dados para domínios protegidos ou desprotegidos para influenciar um público específico (Piercy, 2023, p. 2).

- **Dimensão militar:** a dimensão militar é mais do que apenas a agregação de pessoal, equipamento e armamento, também inclui a liderança, a moral e a disciplina como fatores vitais do poder militar, que é, historicamente, um dos principais indicadores do poder nacional (Jablonsky, 2014, p. 108). Essa dimensão envolve a aplicação do poder militar, que também é um instrumento de política, em coordenação com os instrumentos de outras dimensões, numa ampla variedade de circunstâncias (OTAN, 2017). O emprego do poder militar pode ocorrer como contribuição para a dissuasão, para a prevenção de conflitos, na assistência em caso de catástrofes naturais, no contexto da estabilização e reconstrução, e no combate (2017).

- **Dimensão econômica:** a dimensão econômica é utilizada pelos Estados para alcançar seus objetivos, é um ambiente em que procuram recursos econômicos como metas nacionais ou são afetadas por acontecimentos econômicos que influenciam a sua segurança nacional (Chun, 2012, p. 205). Os Estados podem utilizar o poder econômico para dissuadir, obrigar, coagir, combater e até mesmo reconstruir um antigo adversário para satisfazer uma necessidade específica (2012, p. 206). O investimento, o capital e o comércio estrangeiro proporcionam escopo para exercer influência econômica tendo nas sanções uma opção para tentar impor uma vontade (OTAN, 2017). O instrumento econômico não tem apenas utilidade para coagir ou obrigar; mas também pode encorajar comportamentos desejáveis através de benefícios concessões ou investimentos (2017).



Apêndice E — Lista de Participantes na Investigação

Código	CARGO/ESPECIALISTA	IDENTIFICAÇÃO
A1	Chefe da Seção de Doutrina da 3ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (Antigo Comandante do Centro de Instrução de Operações Especiais – EB)	Coronel Gian Dermário da Silva (EB)
A2	Subcomandante de Operações Especiais do EB (Antigo Oficial de Ligação de Operações Especiais do Brasil junto ao USSOCOM/USA)	Coronel Argemiro Luciano Souza Costa (EB)
A3	Antigo Chefe da EMT em Operações na Selva (MONUSCO)	Coronel Adelmo de Sousa Carvalho Filho (EB)
A4	Comandante do Centro de Instrução de Guerra na Selva (EB) (Antigo Chefe da EMT em Operações na Selva - MONUSCO)	Coronel Flávio Luiz Lopes dos Prazeres (EB)
A5	Comandante da Base Naval de Pemba (Moçambique) (Coordenador do Componente Naval do Comando Operacional Norte)	Capitão-de-Mar-e-Guerra Carlos Miguel Castanheira Cossa (FADM)
A6	Professor de Geopolítica na Escola de Guerra Naval (Marinha do Brasil – MB)	Capitão-de-Mar-e-Guerra Leonardo Faria de Mattos (Reserva-MB)
A7	Especialista em Guerra Irregular (Antigo Comandante do 1º Batalhão de Forças Especiais – EB)	Coronel Alessandro Visacro (Reserva-EB)
A8	Especialista em Guerra Irregular (Antigo Coordenador-Geral de Operações Especiais do Estado-Maior Conjunto do Ministério da Defesa)	Coronel Rui Martins da Mota (Reserva-EB)
A9	Especialista em Guerra Cibernética (EB)	<i>Optou pela confidencialidade</i>
A10	Especialista em Atividades Internacionais do EB	<i>Optou pela confidencialidade</i>
A11	Especialista em Estudos Africanos	<i>Optou pela confidencialidade</i>
A12	Especialista em Guerra Irregular e Guerra Híbrida (EB) (Experiência em Segurança de Grandes Eventos – Copa do Mundo FIFA 2014; Jogos Olímpicos Rio 2016)	<i>Optou pela confidencialidade</i>



Apêndice F — Guião de Entrevista

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL AS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO PARA AUMENTAR A RESILIÊNCIA CONTRA AMEAÇAS HÍBRIDAS NO ÂMBITO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Excelentíssimo Senhor,

Chamo-me Felipe de Carvalho Abbud, Coronel de Infantaria do Exército Brasileiro (EB), e sou Auditor do Curso de Promoção a Oficial-General (CPOG) 2024/2025, que decorre no Instituto Universitário Militar (IUM).

Durante este Curso, os auditores elaboram Trabalhos de Investigação Individual (TII), em que se abordam questões relacionadas ao Domínio Científico das Ciências Militares. Nesse contexto, encontro-me a realizar uma investigação com o seguinte enunciado: “As ações de Assistência Militar do Exército Brasileiro para aumentar a resiliência contra ameaças híbridas no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)”.

O objetivo geral do trabalho é propor como o Exército Brasileiro pode, por intermédio de ações de assistência Militar, aumentar a resiliência contra ameaças híbridas no âmbito da CPLP em África.

O trabalho segue uma estratégia de investigação qualitativa, recorrendo à recolha de dados através de observação, análise documental e entrevistas com profissionais especialistas na área de assistência militar, de ameaças híbridas e de estudos relacionados com a CPLP.

Informo que, caso necessário, será garantida a confidencialidade do entrevistado, com a apresentação da informação recolhida de forma anónima. O seu conhecimento e experiência são fundamentais para a relevância do trabalho, pelo que, agradeço a disponibilidade para a realização da entrevista.

Para a realização do TII, o conceito de assistência militar ficou entendido como o emprego do poder militar na geração ou incremento de capacidades de defesa em Estados parceiros ou aliados.

No que se refere ao conceito de ameaças híbridas, a seu termo, adotou-se o entendimento de que se configura na “combinação dinâmica, ainda que diversa, de forças regulares e irregulares unificadas, que procuram atingir efeitos com benefício mútuo. Esse tipo de ameaça pode incluir células terroristas e/ou criminosos, em alguns casos” (Exército Brasileiro, 2022).

Desse modo, apresenta-se seguidamente, um conjunto de questões, cujas respostas contribuirão sobremaneira para ajudar a alcançar os objetivos do TII em elaboração.

Identificação do entrevistado:

(caso seja sua vontade em optar pela confidencialidade, a informação relativa à sua identificação será apenas usada para conhecimento do autor)

Nome: _____ Cargo ou função atual: _____ Posto: _____

Funções exercidas e experiências com ligações ao tema do trabalho: _____

1. DIMENSÃO DIPLOMÁTICA

1.1. Como é que avalia a relação entre o aumento da resiliência contra ameaças híbridas e a qualidade das relações diplomáticas entre países?

1.2. Como é que avalia que os tratados e acordos existentes no âmbito da CPLP viabilizam o desenvolvimento de ações de assistência militar visando o aumento da resiliência contra ameaças híbridas entre os Estados membros?

2. DIMENSÃO INFORMACIONAL

2.1 Como é que avalia o impacto que as ações de assistência militar, que visam o aumento da resiliência contra ameaças híbridas, podem ter no incremento da capacidade de controlo do ambiente informacional?



3. DIMENSÃO MILITAR

3.1. Como é que avalia o impacto das ações de assistência militar, que visam o aumento da resiliência contra ameaças híbridas, no favorecimento do aumento da capacidade de expressão do poder militar?

4. DIMENSÃO ECONÓMICA

4.1. Como é que avalia o impacto que as ações de assistência militar, que visam o aumento da resiliência contra ameaças híbridas, possam ter no contributo para o desenvolvimento da expressão económica do poder do país anfitrião?

5. AVALIAÇÃO DO GRAU DE AMEAÇA

De acordo com o The European Centre of Excellence for Countering Hybrid Threats (*Hybrid CoE*), na publicação intitulada *The landscape of Hybrid Threats: A conceptual model* (2021, pp. 26-32), as ameaças híbridas procuram atingir um Estado em vários domínios aplicando combinações de ferramentas. Cada ferramenta tem como alvo um ou vários domínios ou a interface entre eles, criando ou explorando uma vulnerabilidade ou aproveitando uma oportunidade.

Tendo como referência os domínios apresentados seguidamente, como é que avalia o grau de ameaça a que os países da CPLP em África estão sujeitos?

Por favor, classifique numa escala de 1 a 5, tendo uma escala crescente com o nível 1 correspondente ao grau mais baixo e o nível 5 ao grau mais elevado da AMEAÇA:

Domínio	Avaliação (1 a 5) (mais baixo – mais elevado)
Infraestrutura	
Cibernético	
Espacial	
Económico	
Militar/Defesa	
Cultural	
Social	
Administração Pública	
Legal (Jurídico)	
Inteligência	
Diplomático	
Político	
Informacional	

6. AVALIAÇÃO DO GRAU DE VULNERABILIDADE

Nesse escopo, nos domínios apresentados a seguir, como é que avalia o grau de vulnerabilidade que os países da CPLP em África estão sujeitos?

Por favor, classifique numa escala de 1 a 5, tendo uma escala crescente com o nível 1 correspondente ao grau mais baixo e o nível 5 ao grau mais elevado da VULNERABILIDADE:

[Foi apresentado um quadro semelhante ao utilizado na questão 5]

7. AVALIAÇÃO DO POTENCIAL EFEITO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA MILITAR PARA AUMENTAR A RESILIÊNCIA CONTRA AMEAÇAS HÍBRIDAS

Nesse mesmo contexto, para os domínios apresentados, qual a apreciação que faz, no que diz respeito ao potencial efeito de ações de assistência militar para aumentar a resiliência contra ameaças híbridas?

Classifique numa escala de 1 a 5, tendo uma escala crescente com o nível 1 correspondente ao efeito mais baixo e o nível 5 ao efeito mais elevado de ações de assistência militar para o aumento da resiliência contra ameaças híbridas:

[Foi apresentado um quadro semelhante ao utilizado na questão 5]

8. Considera oportuno fazer mais algum comentário, ou dar mais algum contributo em relação ao tema?

-----XXXXX-----



Apêndice G — Análise das Entrevistas

Análise das Entrevistas – Questão 1		
1. DIMENSÃO DIPLOMÁTICA		
1.1. Como é que avalia a relação entre o aumento da resiliência contra ameaças híbridas e a qualidade das relações diplomáticas entre países?		
Código do Entrevistado	Unidade de Contexto	Unidade de Registro
		O aumento da resiliência contra AH contribui positivamente para a qualidade das relações diplomáticas entre países.
A1	A qualidade das relações diplomáticas entre países proporciona [...] o aumento da resiliência contra ameaças híbridas.	Sim
A2	O aumento da resiliência contra ameaças híbridas pode ser potencializado, na medida em que as relações diplomáticas se incrementam [...]	Sim
A3	[o] aumento da resiliência contra ameaças híbridas [proporciona] a melhoria nas relações diplomáticas com os países envolvidos.	Sim
A4	[...] quanto mais proficua a qualidade das relações diplomáticas maiores serão as oportunidades de aumento da resiliência contra ameaças híbridas.	Sim
A5	[não abordou especificamente]	Não abordou especificamente
A6	Quanto melhor for a qualidade das relações diplomáticas menor a vulnerabilidade para ações híbridas.	Sim
A7	Primordial	Sim
A8	O aumento da resiliência contra ameaças híbridas impacta diretamente a qualidade das relações diplomáticas entre países [...]	Sim
A9	[não abordou especificamente]	Não abordou especificamente
A10	Não creio que haja relação significativa.	Não
A11	[não abordou especificamente]	Não abordou especificamente
A12	Coerentes e importantes, apresentando dependência entre si e proporcionalidade quanto à resiliência das instituições no combate à ameaça híbrida.	Sim



Análise das Entrevistas – Questão 1 (continuação)		
1. DIMENSÃO DIPLOMÁTICA		
1.2. Como é que avalia que os tratados e acordos existentes no âmbito da CPLP viabilizam o desenvolvimento de ações de assistência militar visando o aumento da resiliência contra ameaças híbridas entre os Estados membros?		
Código do Entrevistado	Unidade de Contexto	Unidade de Registro
		Os tratados e acordos existentes no âmbito da CPLP viabilizam o desenvolvimento de ações de assistência militar visando o aumento da resiliência contra ameaças híbridas entre os Estados membros.
A1	Os tratados e acordos existentes no âmbito da CPLP podem sim viabilizar o desenvolvimento de ações de assistência militar[...]	Sim
A2	[...] é possível estabelecer, por intermédio de tratados/acordos, o desenvolvimento de capacidades militares [...]	Sim
A3	Os tratados e acordos viabilizam ações de assistência militar, cabendo a uma das partes a iniciativa para que esta assistência seja viabilizada.	Sim
A4	Os acordos e tratados existentes são capazes de potencializar a assistência militar neste ponto [...]	Sim
A5	A nível da CPLP os tratados não viabilizam o desenvolvimento de ações de assistência militar contra as ameaças híbridas.	Não
A6	[não abordou especificamente]	Não abordou especificamente
A7	[não abordou especificamente]	Não abordou especificamente
A8	Os tratados e acordos no âmbito da CPLP oferecem uma base jurídica e institucional para a cooperação em segurança e defesa, permitindo o desenvolvimento de ações de assistência militar [...]	Sim
A9	[...] no âmbito da CPLP existe a possibilidade de amplas cooperações.	Sim
A10	Não resta dúvida que a CPLP, como um fórum entre os países que a integram, possui potencial para viabilizar a aproximação em diversas áreas, dentre as quais a militar.	Sim
A11	Os tratados ainda tem desafios [...] para alinhamento de interesses dos países de forma a gerar um pensamento comum no domínio da defesa	Parcialmente
A12	É possível e pertinente, assim como ocorre com o Exercício FELINO.	Sim



Análise das Entrevistas – Questão 2

2. DIMENSÃO INFORMACIONAL

2.1 Como é que avalia o impacto que as ações de assistência militar, que visam o aumento da resiliência contra ameaças híbridas, podem ter no incremento da capacidade de controlo do ambiente informacional?

Código do Entrevistado	Unidade de Contexto	Unidade de Registro
		As ações de AM promovem impactos positivos na capacidade de controlo do ambiente informacional.
A1	As ações de [AM] [...] podem sim incrementar a capacidade de controle do ambiente informacional[...].	Sim
A2	Ações sinérgicas de assistência militar, envolvendo os dois países [Brasil e Portugal] como mentores, contribuiria para reforças, no campo informacional, a capacidade de enfrentamento [das AH] dos países mentorados.	Sim
A3	A cooperação entre países por meio da [AH] pode aumentar significativamente a capacidade de controle do ambiente informacional.	Sim
A4	O impacto [...] pode ser otimizado. [...] carece de oportunidades de melhoria que potencializariam seus resultados. [...] Uma abordagem de grupo de países deve ser mais efetiva do que somente uma nação a implementando.	Sim
A5	O impacto é positivo [pelo aumento da capacidade militar]	Sim
A6	[Promovem] elevado impacto.	Sim
A7	[não abordou especificamente]	Não abordou especificamente
A8	As ações de Assistência Militar focadas no aumento da resiliência contra ameaças híbridas impactam diretamente a capacidade de controle do ambiente informacional [...] [...]a resiliência atua como um instrumento de dissuasão e influência.	Sim
A9	Pode-se destacar que no âmbito da CPLP o mesmo idioma torna mais fácil as cooperações entre as nações. [...] Destaco ser fundamental o desenvolvimento e fortalecimento entre os mencionados países, no que pese tais países componentes vivem desafios diferentes, mas as ameaças híbridas estão presente em todos os integrantes da CPLP.	Sim
A10	[...] auxiliam no sentido de demonstrar às sociedades dos países assistidos e à comunidade internacional a preocupação das forças dessas nações com o aperfeiçoamento de suas capacidades militares. Por outro lado, a atividade de assistência militar também contribui para o fortalecimento da imagem internacional dos países que proporcionam tal assistência, contribuindo para seus esforços dissuasórios.	Sim
A11	Houve uma melhoria significativa na componente de direitos humanos e principalmente na relação com a população no contexto em que algumas ameaças terroristas estavam inseridas no seio da população.	Sim
A12	Impacto positivo alto e dissuasório.	Sim



Análise das Entrevistas – Questão 3

3. DIMENSÃO MILITAR

3.1. Como é que avalia o impacto das ações de assistência militar, que visam o aumento da resiliência contra ameaças híbridas, no favorecimento do aumento da capacidade de expressão do poder militar?

Código do Entrevistado	Unidade de Contexto	Unidade de Registro
		As ações de AM, que visam o aumento da resiliência contra AH, aumentam a capacidade de expressão do poder militar
A1	As ações de [AM] [...] podem sim favorecer o aumento da capacidade de expressão do poder militar, uma vez que diversas capacidades operacionais [...] sendo criadas e/ou incrementadas.	Sim
A2	O impacto seria considerável. [...] Se considerarmos uma atuação integrada, por meio de parceria estratégica entre Portugal e Brasil, seria possível uma atuação sinérgica e complementar [...].	Sim
A3	[Impacta positivamente, pois promove o aumento das capacidades e] que favorece o aumento da expressão do poder militar.	Sim
A4	A assistência militar tem a premissa de gerar algumas capacidades que fomentarão o combate às ameaças híbridas.	Sim
A5	[Impacta positivamente] Através de aquisição de novas capacidades	Sim
A6	Tem relação direta.	Sim
A7	De extremo valor na fase zero “shape”.	Sim
A8	As ações de Assistência Militar voltadas para a resiliência contra ameaças híbridas fortalecem a capacidade de expressão do poder militar ao aprimorar a capacidade operacional, a interoperabilidade e a dissuasão estratégica.	Sim
A9	As cooperações das forças armadas entre os países da CPLP se tornam fundamental neste processo de integração entre os entes da mencionada comunidade. Ressalto que o Brasil possui capacidades técnico-operacionais que fazem com que o país possa liderar e atuar de forma proativa neste processo, aumentando a integração e fomentando o desenvolvimento de todos os integrantes da comunidade.	Sim
A10	[...] Ampliação ou construção de capacidades para a Força do país assistido e Fortalecimento da imagem internacional do assistente. Esses aspectos contribuem, no campo militar, para a dissuasão de ameaças híbridas.	Sim
A11	[não abordou especificamente]	Não abordou especificamente
A12	Impacto positivo alto e dissuasório.	Sim



Análise das Entrevistas – Questão 4

4. DIMENSÃO ECONÓMICA

4.1. Como é que avalia o impacto que as ações de assistência militar, que visam o aumento da resiliência contra ameaças híbridas, possam ter no contributo para o desenvolvimento da expressão económica do poder do país anfitrião?

Código do Entrevistado	Unidade de Contexto	Unidade de Registro
		As ações de AM, que visam o aumento da resiliência contra AH, favorecem o desenvolvimento da expressão económica do poder do país anfitrião.
A1	As ações de [AM] [...] podem sim contribuir [...], por meio de iniciativas estratégicas e financiamentos que podem abarcar todas as demais expressões do poder nacional de uma nação.	Sim
A2	O aumento da estabilidade nos países poderia incrementar a economia, atraindo investimentos internos e externos [...] as relações diplomáticas entre os membros da CPLP, [...] potencializaria as relações econômicas entre os [envolvidos]	Sim
A3	Toda a ação que combate e coíbe as [AH] trazendo determinada área ou região ao seu status quo, conseqüentemente está contribuindo para o desenvolvimento da expressão econômica daquela região ou país.	Sim
A4	No campo econômico, esses impactos são perceptíveis ao país anfitrião [...] [pela] dinâmica econômica que o país ou grupo de países fornecedores dessa assistência pode conduzir ao anfitrião.	Sim
A5	Estas ações melhoram o ambiente de negócios em Moçambique os investidores retomam os projectos que haviam parado por conta da situação de segurança. São visíveis a contribuição da missão [de AM] para melhoria do ambiente de negócios na região	Sim
A6	Um ambiente mais estável [...] favorece a expressão económica, possibilitando a atração de investimentos estrangeiros.	Sim
A7	Varia de acordo com cada contexto específico.	Sim
A8	As ações de [AM] para aumentar a resiliência contra [AH] geram impactos econômicos estratégicos para ambos os envolvidos: [...] Em síntese, o país mentor ganha influência e mercado, enquanto o país mentorado fortalece sua segurança e economia, criando interdependência estratégica.	Sim
A9	Na esfera econômica, não há dúvida que o compartilhamento de expertises permitira que cada país integrante da CPLP possa buscar sua autonomia e permitindo o desenvolvimento autóctone de cada país, [...]	Sim
A10	Nesse caso a contribuição será tanto maior quanto mais ampliadas forem as capacidades do país assistido no tocante a capacidades voltadas para a proteção dos ativos nacionais, tais como contraterrorismo e defesa cibernética, [...]	Sim
A11	A assistência militar permitiu o retorno da livre circulação de bens e pessoas na região de Cabo Delgado que até então encontrava-se comprometida	Sim
A12	Impacto positivo alto (abre possibilidade de venda de equipamentos militares e aumenta a interoperabilidade) [...]	Sim



Sínteses da análise das entrevistas – questões 1 a 4																	
Dimensão	Unidade de registro	Código dos Entrevistados												Resultado (100% = 12)			
		A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	A8	A9	A10	A11	A12	S	N	P	NA
Diplomática	O aumento da resiliência contra AH contribui positivamente para a qualidade das relações diplomáticas entre países.	S	S	S	S	NA	S	S	S	NA	N	NA	S	67% (8)	8% (1)	0% (0)	25% (3)
	Os tratados e acordos existentes no âmbito da CPLP viabilizam o desenvolvimento de ações de AM visando o aumento da resiliência contra AH entre os Estados membros.	S	S	S	S	N	NA	NA	S	S	S	P	S	67% (8)	8% (1)	8% (1)	17% (2)
Informacional	As ações de AM promovem impactos positivos na capacidade de controlo do ambiente informacional.	S	S	S	S	S	S	NA	S	S	S	S	S	92% (11)	0% (0)	0% (0)	8% (1)
Militar	As ações de AM, que visam o aumento da resiliência contra AH, aumentam a capacidade de expressão do poder militar	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	NA	S	92% (11)	0% (0)	0% (0)	8% (1)
Económica	As ações de AM, que visam o aumento da resiliência contra AH, favorecem o desenvolvimento da expressão económica do poder do país anfitrião.	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	100% (12)	0% (0)	0% (0)	0% (0)

Legenda: S – Sim; N – Não; P – Parcialmente; NA – Não abordou diretamente



Sínteses da análise das entrevistas – questões dos 5 a 7																		
Domínios (descrição constante do Apêndice A)	Avaliação em uma escala de 1 a 5 – (total de 12 entrevistados)																	
	Distribuição das avaliações por grau atribuído																	
	Grau de Ameaça						Grau de Vulnerabilidade					Potencial efeito da AM						
	Distribuição das avaliações por grau					Média	Distribuição das avaliações por grau					Média	Distribuição das avaliações por grau					Média
	1	2	3	4	5		1	2	3	4	5		1	2	3	4	5	
Infraestrutura	0	0	5	2	5	4,0	0	0	3	3	6	4,3	1	1	4	1	5	3,7
Cibernético	0	1	2	2	7	4,3	0	2	0	0	10	4,5	0	0	3	4	5	4,2
Espacial	2	3	3	2	2	2,9	2	1	2	1	6	3,7	1	3	3	3	2	3,2
Económico	0	1	1	4	6	4,3	0	0	3	2	7	4,3	1	1	4	3	3	3,5
Militar/Defesa	0	0	1	6	5	4,3	0	0	1	5	6	4,4	0	0	1	2	9	4,7
Cultural	1	1	4	5	1	3,3	0	2	6	2	2	3,3	0	5	6	1	0	2,7
Social	0	0	3	2	7	4,3	0	0	3	1	8	4,4	2	2	4	2	2	3,0
Administração Pública	0	0	4	3	5	4,1	0	1	4	1	6	4,0	2	1	5	4	0	2,9
Legal (Jurídico)	0	0	6	1	5	3,9	0	1	4	2	5	3,9	1	0	9	2	0	3,0
Inteligência	0	0	5	1	6	4,1	0	0	3	2	7	4,3	0	0	2	5	5	4,3
Diplomático	0	1	2	7	2	3,8	0	0	3	6	3	4,0	1	0	3	5	3	3,8
Político	0	0	2	3	7	4,4	0	0	2	2	8	4,5	1	0	4	4	3	3,7
Informacional	0	0	3	2	7	4,3	0	0	3	2	7	4,3	0	1	2	3	6	4,2



Apêndice H — Análise de *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*

<p>As Ações de AM do EB para Aumentar a Resiliência Contra AH no Âmbito da CPLP</p>	<p>STRENGTHS (POTENCIALIDADES)</p>	<p>WEAKNESSES (VULNERABILIDADES)</p>
	<p>Legenda: S – <i>Strengths</i>; W – <i>Weaknesses</i>; O – <i>Opportunities</i>; T – <i>Threats</i>.</p>	<p>S1 – Existências de Acordos e Tratados que viabilizam as AM no âmbito da CPLP; S2 – Prioridade da CPLP nos esforços de cooperação no âmbito da defesa; S3 – Imagem do EB no cenário internacional; S4 – Valores culturais semelhantes; S5 – Histórico de sucesso em atividades análogas (âmbito da ONU), inclusive em continente africano; S6 – Capacidades orgânicas disponíveis; S7 – Possibilidade de doação de sistemas de material de emprego militar; S8 – Economia de meios com emprego de EMT.</p>
<p>OPPORTUNITIES (OPORTUNIDADES)</p>	<p>Explorar S para maximizar O</p>	<p>Minimizar W para desenvolver O</p>
<p>O1 – A condição extrarregional do Brasil em relação ao continente africano (não exercer influência direta); O2 – Possibilidade de condução das atividades em ambiente multilateral; O3 – Elevado poder de dissuasão da AM; O4 – Compromisso com preocupações comuns aos Estados democráticos; O5 – Possibilidade de financiamento com apoio de outras organizações internacionais.</p>	<p>SO1 – Conduzir a AM em ambiente multinacional, reforçando a imagem da CPLP (S1, 2, 3, 4, 5, 6; O1, 2, 3, 4); SO2 – Influenciar o ambiente informacional com atores externos, contribuindo para a dissuasão (S3, 4, 5, 6; O1, 2, 3, 4); SO3 – Consolidar um modelo de AM adequado à realidade dos Estados-membros da CPLP (S1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8; O1, 2, 3, 4, 5).</p>	<p>WO1 – Incentivar o desenvolvimento de cooperações no setor da Defesa no âmbito da CPLP, facilitando novas iniciativas (W1, 2, 3, 4, 5; O1, 2, 3, 4, 5); WO2 – Desenvolver a capacidade de sustentação logística de ações militares no âmbito da CPLP (W5, 6, 7; O2, 3, 5); WO3 – Desenvolver uma ação com sustentabilidade (multiplicação do conhecimento com meios próprios), otimizando o emprego dos recursos (W2, 5, 6, 7; O2, 3, 4, 5).</p>
<p>THREATS (AMEAÇAS)</p>	<p>Explorar S para reduzir T</p>	<p>Evitar T reduzindo W</p>
<p>T1 – Instabilidade política no continente africano; T2 – Interferência de atores influentes na região; T3 – Dificuldade de controle/influência no ambiente informacional; T4 – Presença de AH influentes no continente africano; T5 – Recursos militares locais insuficientes; T6 – Dificuldades de financiamento de uma ação de maior envergadura com meios próprios da NA anfitriã; T7 – Dificuldades de financiamentos com recursos da CPLP.</p>	<p>ST1 – Gerar/incrementar as capacidades militares da NA Anfitriã (S1, 2, 3, 5, 6, 7, 8; T2, 3, 4, 5, 6, 7); ST2 – Aumentar a credibilidade das lideranças políticas locais (S1, 2, 4; T1, 2, 3, 4); ST3 – Reduzir a influência dos atores externos e a liberdade de ação das AH (S1, 2, 3, 5, 6; T1, 2, 3, 4, 5).</p>	<p>WT1 – Explorar as capacidades dos países envolvidos com as experiências em outros organismos internacionais (W1, 2, 3, 6, 7; T2, 3, 5, 6, 7) WT2 – Conscientizar os decisores quanto à eficiência e eficácia das ações de AM (W1, 2, 3, 4; T1, 2, 3, 4, 5) WT3 – Planejar as ações com a máxima otimização do emprego dos recursos (duração, sustentabilidade) (W5, 6, 7; T5, 6, 7).</p>